

*Subsídios para a história  
da sociedade de informação em Portugal*

*Legislação nacional e comunitária*

*Lisboa, março 2014*

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

**Subsídios para a história da sociedade de informação em Portugal : legislação nacional e comunitária**

### **EDIÇÃO**

© Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)  
Núcleo de Documentação e Divulgação (NUDD)  
Largo do Rato, n.º 1 | 1269-144 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 381 7300  
Fax: (+351) 21 388 9517  
*E-mail:* dgss.nudd@seg-social.pt

Edição revista e atualizada, março de 2014

**PESQUISA, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA**  
Ester Liñares

ISBN: 978-989-98930-0-9



# Índice

Apresentação .....	7
2013 .....	9
2000 .....	88
1990 .....	104
1980 .....	106
1918 .....	109



## Apresentação

No âmbito das atribuições do NUDD, considerou-se de interesse organizar cronologicamente a legislação nacional e a comunitária sobre esta realidade tão atual como a Sociedade de informação / Governo eletrónico / *eEurope*.

Por força da (r)evolução informática a que assistimos diariamente, nascem novas preocupações e colocam-se novas questões tornando-se imperativo saber delimitar as fronteiras de utilização não só das potencialidades informáticas mas principalmente da Internet que é, sem dúvida, uma das maiores inovações tecnológicas dos últimos séculos.

Apesar do rigor posto na elaboração da presente brochura, estamos conscientes das falhas que este trabalho poderá ter, no entanto, não é nem poderia ser, um produto acabado.

É longo o caminho percorrido desde a aprovação do regulamento do registo da propriedade literária, em 1918, até aos dias de hoje.

Esperamos que possa ser útil não apenas aos técnicos da DGSS mas a todos quantos se interessam pela matéria.

*NUDD, 2014*



## 2013

### **Portaria n.º 378-D/2013. D.R. n.º 253, Série I de 2013-12-31**

#### **Ministério da Economia**

Quinta alteração à Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2013. D.R. n.º 252, Série I de 2013-12-30**

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Determina que os sistemas de informação e aplicações para a implementação da Lei de Organização do Sistema Judiciário são sistemas operacionais prioritários

### **Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 2013-12-07**

Sobre a Comunicação da Comissão intitulada "A Agenda Digital para a Europa — Estimular digitalmente o crescimento europeu"

*(O texto integral do presente parecer está disponível em alemão, francês e inglês no sítio web da AEPD em <http://www.edps.europa.eu>)*

*(2013/C 358/10)*

### **Portaria n.º 350/2013. D.R. n.º 234, Série I de 2013-12-03**

#### **Ministérios das Finanças, da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**

Primeira alteração à Portaria n.º 331-A/2009, de 30 de março, que regulamenta a consulta, por meios eletrónicos, de informação referente à identificação do executado e dos seus bens e da citação eletrónica de instituições públicas, em matéria de ação executiva

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2013. D.R. n.º 231, Série I de 2013-11-28**

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Delega no Ministro da Economia, a competência para a prática dos atos decorrentes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012, de 22 de maio, que aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

### **Despacho n.º 15624-A/2013. D.R. n.º 231, Série II de 2013-11-28**

#### **Ministério da Economia – Gabinete do Ministro**

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2013, de 28 de novembro, procede a subdelegações de competências no âmbito de



procedimentos concursais aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012, de 22 de maio, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2012, de 6 de agosto

**Despacho n.º 15380/2013. D.R. n.º 229, Série II de 2013-11-26**  
**Ministérios das Finanças e da Economia – Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações**

Nomeação dos representantes do Estado no conselho geral da Fundação para as Comunicações Móveis

**Portaria n.º 340/2013. D.R. n.º 227, Série I de 2013-11-22**  
**Ministério das Finanças**

Quarta alteração à Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho, que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de faturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

**Aviso n.º 99/2013. D.R. n.º 210, Série I de 2013-10-30**  
**Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação ao Protocolo Adicional à Convenção sobre o cibercrime relativo à incriminação de atos de natureza racista e xenófoba praticados através de sistemas informáticos, adotado em Estrasburgo em 28 de janeiro de 2003

**Aviso n.º 97/2013. D.R. n.º 209, Série I de 2013-10-29**  
**Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste, em 23 de novembro de 2001

**Despacho n.º 13692/2013. D.R. n.º 208, Série II de 2013-10-28**  
**Ministério da Defesa Nacional – Gabinete do Ministro**

Orientação para a política de Ciberdefesa

**Declaração de Retificação n.º 44/2013. D.R. n.º 207, Série I de 2013-10-25**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral**

Retifica a Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, do Ministério da Justiça, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Despacho n.º 12740/2013. D.R. n.º 193, Série II de 2013-10-07**  
**Ministério da Justiça – Gabinete da Ministra**

Determina a criação das equipas de vigilância eletrónica, com a correspondente área geográfica de intervenção constante do quadro anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante

**Recomendação da Comissão de 2013-09-11**

Sobre a coerência das obrigações de não discriminação e dos métodos de cálculo dos custos para promover a concorrência e melhorar o contexto do investimento em banda larga

*(2013/466/UE)*

**Portaria n.º 283/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30**

**Ministério da Justiça**

Altera as Portarias n.ºs 621/2008, de 18 de julho, que regulamenta os pedidos de registo predial, 1535/2008, de 30 de dezembro, que regulamenta o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados e o pedido online de atos de registo predial e 99/2008, de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção online de atos de registo de veículos, a certidão online de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com caráter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção online do registo da penhora de veículos

**Portaria n.º 580/2013. D.R. n.º 164, Série II de 2013-08-27**

**Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência – Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência**

Autoriza a Direção-Geral da Administração Escolar a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de aquisição dos serviços de implementação, execução e manutenção evolutiva da plataforma de serviços BackOffice e de FrontOffice

**Portaria n.º 280/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26**

**Ministério da Justiça**

Regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Portaria n.º 279/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26**

**Ministério da Justiça**

Altera as Portarias n.ºs 312/2009 e 313/2009, de 30 de março, e 202/2011, de 20 de maio, no âmbito do novo Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho

**Portaria n.º 278/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário no âmbito do Regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março

**Declaração de retificação n.º 874/2013. D.R. n.º 155, Série II de 2013-08-13**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Retifica o Despacho n.º 9725/2013, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 141, de 24 de julho, que cria a Comissão de Acompanhamento da Informatização Clínica (CAIC)

**Portaria n.º 508/2013. D.R. n.º 144, Série II de 2013-07-29**

**Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência – Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e da Secretária de Estado da Ciência**

Extensão de encargos – Projeto Internet Segura

**Despacho n.º 9725/2013. D.R. n.º 141, Série II de 2013-07-24**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Cria no âmbito da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), a Comissão de Acompanhamento da Informatização Clínica (CAIC)

**Portaria n.º 231/2013. D.R. n.º 139, Série I de 2013-07-22**

**Ministério da Economia e do Emprego**

Aprova os requisitos técnicos e funcionais dos contadores inteligentes

**Despacho n.º 9309/2013. D.R. n.º 135, Série II de 2013-07-16**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Determina a prescrição eletrónica de Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD) através da aplicação informática disponibilizada pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., (SPMS, E. P. E.)

**Lei n.º 47/2013. D.R. n.º 131, Série I de 2013-07-10**

**Assembleia da República**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

**Portaria n.º 454/2013. D.R. n.º 129, Série II de 2013-07-08**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social – Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social**

Autoriza o conselho diretivo do Instituto de Informática, I.P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes da celebração de contrato de aquisição de serviços de assistência técnica e suporte dos equipamentos, por vários anos económicos

**Lei n.º 42/2013. D.R. n.º 126, Série I de 2013-07-03**

**Assembleia da República**

Procede à oitava alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, (*Lei das Comunicações Eletrónicas*), alterando as regras do barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem e serviço de audiotexto

**Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/M. D.R. n.º 123, Série I de 2013-06-28**

**Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo**

Regulamenta a Bolsa de Emprego Público da Madeira (*base de informação, disponibilizada na Internet*)

**Regulamento (UE) n.º 603/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2013-06-26**

Relativo à criação do sistema “Eurodac” de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou um apátrida, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (reformulação)

**Regulamento (UE) n.º 611/2013 da Comissão de 2013-06-24**

Relativo às medidas aplicáveis à notificação da violação de dados pessoais em conformidade com a Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas

**Despacho n.º 7597/2013. D.R. n.º 113, Série II de 2013-06-14**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares**

Delega no diretor do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, capitão de mar e guerra engenheiro de material naval, Manuel da Costa Honorato, a competência para a prática de vários atos no âmbito do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

**Portaria n.º 197/2013. D.R. n.º 102, Série I de 2013-05-28**

**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**

Aprova o Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras e o modelo de contrato de disponibilização, na bolsa nacional de terras, de prédios para utilização agrícola, florestal e silvopastoril

**Portaria n.º 193/2013. D.R. n.º 101, Série I de 2013-05-27**

**Ministério da Administração Interna**

Define os parâmetros a que deve obedecer o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras na fixação dos procedimentos e soluções tecnológicas a adotar pelas transportadoras aéreas para transmissão da informação dos passageiros alvo de comunicação antecipada obrigatória

**Resolução da Assembleia da República n.º 72/2013. D.R. n.º 101, Série I de 2013-05-27**

**Assembleia da República**

Recomenda a criação de um regime de suficiência do documento eletrónico para a entrega de trabalhos, teses e dissertações, garantindo a gratuidade para os estudantes

**Portaria n.º 191/2013. D.R. n.º 100, Série I de 2013-05-24**

**Ministério da Economia e do Emprego**

Fixa a informação a constar no formulário eletrónico para apresentação da mera comunicação prévia, aprova os modelos do cartão de feirante e de vendedor ambulante e do letreiro identificativo em suporte duradouro e estabelece o custo da respetiva emissão

**Decreto Legislativo Regional n.º 16/2013/M. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14**

**Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa**

Aprova o regime jurídico do Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI)

**Portaria n.º 161/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23**

**Ministério das Finanças**

Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte, previstas no regime de bens em circulação

**Portaria n.º 160/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23**

**Ministério das Finanças**

Terceira alteração à Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária e segunda alteração a Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho, que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de faturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

**Despacho n.º 5183/2013. D.R. n.º 75, Série II de 2013-04-17**

**Ministério da Economia e do Emprego – Gabinete do Ministro**

Determina que a Secretaria Geral do Ministério da Economia e do Emprego é, nos termos do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro, o organismo responsável pela coordenação da área das Tecnologias de Informação e Comunicação

**Despacho n.º 5007/2013. D.R. n.º 72, Série II de 2013-04-12**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Determina que as instituições hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) disponibilizem a informação de custos incorridos com todas as prestações de saúde realizadas ao utente, de acordo com a tabela de preços do SNS, preferencialmente e sempre que possível por via eletrónica

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2013. D.R. n.º 70, Série I de 2013-04-10**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a realização de despesa com a aquisição de serviços de comunicações de dados entre redes lógicas das escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público, das escolas secundárias do ensino público e dos organismos do Ministério da Educação e Ciência

**Portaria n.º 138/2013. D.R. n.º 64, Série I de 2013-04-02**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social**

Aprova os estatutos do Instituto de Informática, I.P.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013. D.R. n.º 57, Série I de 2013-03-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a realização da despesa relativa à celebração dos contratos da segunda fase do Programa de Parcerias Internacionais, à aquisição de conteúdos a disponibilizar via *b-on* e às quotizações de Portugal em organizações internacionais

**Despacho n.º 3723/2013. D.R. n.º 48, Série II de 2013-03-08**

**Supremo Tribunal Administrativo**

Grupo de trabalho responsável pelo projeto de informatização da jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo

**Regulamento (UE) n.º 216/2013 do Conselho, de 2013-03-07**

Relativo à publicação eletrónica do Jornal Oficial da União Europeia

**Despacho n.º 3571/2013. D.R. n.º 46, Série II de 2013-03-06**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde**

Determina que os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, (SNS) devem intensificar a utilização das tecnologias de informação e comunicação de forma a promover e garantir o fornecimento de serviços de telemedicina aos utentes do SNS

**Portaria n.º 85/2013. D.R. n.º 41, Série I de 2013-02-27**

**Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência**

Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 de julho, que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (*Portal dos Contratos Públicos*)

**Decreto-Lei n.º 21/2013. D.R. n.º 33, Série I de 2013-02-15**

**Ministério das Finanças**

Estabelece o regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos, bem como a utilização dos respetivos sistemas informáticos para a comunicação dos atos praticados pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito dessas formalidades

**Despacho n.º 2266/2013. D.R. n.º 28, Série II de 2013-02-08**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro-Ministro**

Designa os membros do Conselho Consultivo do Grupo de Projeto para Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC)

**Lei n.º 10/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28**

**Assembleia da República**

Procede à 5.ª alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, à 3.ª alteração da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, e à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, (*Lei das Comunicações Eletrónicas*) no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor

**Comunicação da Comissão de 2013-01-26**

Sobre orientações da UE relativas à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais à implantação rápida de redes de banda larga

(2013/C 25/01)

**Despacho n.º 1202-A/2013. D.R. n.º 13, Série II de 2013-01-18**

**Ministério da Economia e do Emprego – Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação**

Declara o interesse estratégico do Projeto de Investimento da Altranportugal, S.A., para efeitos de enquadramento nas tipologias de investimento suscetíveis de apoio no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação

**Despacho n.º 572/2013. D.R. n.º 7, Série II de 2013-01-10**

**Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência – Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência**

Alteração dos calendários de cumprimento contratual e respetivos montantes, no contrato de aquisição de equipamento informático no âmbito do programa *e-escolinhas*

**Declaração de Retificação n.º 1-A/2013. D.R. n.º 3, Série I de 2013-01-04**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral**

Retifica o Decreto-Lei n.º 242/2012, de 7 de novembro, do Ministério das Finanças, que no uso de autorização concedida pela Lei n.º 34/2012, de 23 de agosto, transpõe a Diretiva 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 2000/46/CE

## 2012

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012. D.R. n.º 252, Série I de 2012-12-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a Agenda Portugal Digital

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 111-E/2012. D.R. n.º 251, Série I de 2012-12-28**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a despesa relativa ao fornecimento de serviços de comunicação de dados, de serviços de internet, de locação do equipamento terminal, de alojamento de servidores e interligação entre as redes lógicas das escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público, das escolas secundárias do ensino público e dos organismos centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação e Ciência pela PT Comunicações S.A.

**Declaração de Retificação n.º 75/2012. D.R. n.º 243, Série I de 2012-12-17**

**Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral**

Retifica a Portaria n.º 343/2012, de 26 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à quarta alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2012. D.R. n.º 242, Série I de 2012-12-14**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza o Ministério da Justiça a proceder à contratação de serviços de vigilância eletrónica para o período de 2013 a 2015

**Recomendação 2012/798/UE da Comissão de 2012-12-12**

Sobre o procedimento de notificação previsto no artigo 22.º, n.º 3, da Diretiva 2002/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas



**Regulamento (UE) n.º 1083/2012 da Comissão de 2012-11-19**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*  
(JO L 321 de 20.11.2012, p. 33-51)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012. D.R. n.º 216, Série I de 2012-11-08**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital

**Decreto-Lei n.º 242/2012. D.R. n.º 215, Série I de 2012-11-07**

**Ministério das Finanças**

No uso de autorização concedida pela Lei n.º 34/2012, de 23 de agosto, transpõe a Diretiva 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 2000/46/CE

**Portaria n.º 653/2012. D.R. n.º 214, Série II de 2012-11-06**

**Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego – Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional**

Aquisição de serviços especializados de “Desenvolvimento Aplicacional do Sistema de Informação do Programa Operacional Valorização do Território”, para Desenvolvimento aplicacional sobre plataforma Microsoft Net e consultoria especializada na área de sistemas de informação, para manutenção evolutiva e corretiva do SIPOVT

**Portaria n.º 633/2012. D.R. n.º 211, Série II de 2012-10-31**

**Ministérios das Finanças e da Saúde – Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Saúde**

Autoriza a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), a assumir em 2012 o encargo com o contrato-programa com a SPMS, E. P. E., para vigorar em 2013 relativo aos sistemas de informação e comunicação do Serviço Nacional de Saúde, bem como do sistema de compras da saúde

**Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2012/M. D.R. n.º 210, Série I de 2012-10-30**

**Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo**

Aprova a orgânica da Direção Regional de Informática

**Portaria n.º 343/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26**

**Ministério da Economia e do Emprego**

Quarta alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Despacho n.º 13872/2012. D.R. n.º 207, Série II de 2012-10-25**

**Ministério da Economia e do Emprego – Gabinete do Ministro**

Determina a criação de dois grupos de trabalho no âmbito do período de programação do QREN

**Portaria n.º 334/2012. D.R. n.º 205, Série I de 2012-10-23**

**Ministérios da Justiça e da Saúde**

Aprova os modelos de certificado de óbito e de certificado de óbito fetal e neonatal e os modelos de boletim de informação clínica e do formulário eletrónico para introdução dos dados resultantes de autópsia clínica, de autópsia médico-legal ou de perícia médico-legal a ela associada

**Portaria n.º 329/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde**

Cria uma plataforma disponível na Internet, através de uma ligação segura (https) e mediante a atribuição de perfis de acesso por parte da entidade responsável pelo tratamento da base de dados para o acesso ao Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

**Portaria n.º 330/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde**

Aprova o modelo de guia de transporte para efeitos de remoção e transporte do cadáver e o modelo de boletim de óbito, a disponibilizar eletronicamente através do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

**Portaria n.º 331/2012. D.R. n.º 204, Série I de 2012-10-22**

**Ministérios da Justiça e da Saúde**

Define os termos de transmissão eletrónica de dados ao Ministério Público através de mecanismos automáticos de interoperabilidade das informações registadas no Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

**Portaria n.º 318/2012. D.R. n.º 198, Série I de 2012-10-12**

**Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego**

Aprova várias peças dos procedimentos destinados à seleção do prestador ou prestadores do serviço universal de comunicações eletrónicas

**Despacho (extrato) n.º 13245/2012. D.R. n.º 196, Série II de 2012-10-10**

**Presidência do Conselho de Ministros – Instituto Nacional de Estatística, I. P.**

Delegação de competências para a produção e divulgação de estatísticas oficiais na área da educação, formação e aprendizagem, da ciência e tecnologia e da sociedade de informação, nos termos do n.º 3 do artigo 24.º da lei do SEN

**Aviso n.º 147/2012. D.R. n.º 188, Série I de 2012-09-27**

**Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Torna público que a República da Áustria depositou junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 13 de junho de 2012, o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, tendo emitido uma reserva e procedido a duas declarações

**Portaria n.º 284/2012. D.R. n.º 183, Série I de 2012-09-20**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego**

Primeira alteração à Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril, que cria um balcão único eletrónico, designado “Balcão do empreendedor”

**Declaração de Retificação n.º 48/2012. D.R. n.º 181, Série I de 2012-09-18**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral**

Retifica a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25/2012/A, de 27 de julho, que recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental

**Despacho n.º 12219/2012. D.R. n.º 181, Série II de 2012-09-18**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares**

Designa os membros do conselho diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

**Lei n.º 46/2012. D.R. n.º 167, Série I de 2012-08-29**

**Assembleia da República**

Transpõe a Diretiva 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro

**Lei n.º 35/2012. D.R. n.º 163, Série I de 2012-08-23**

**Assembleia da República**

Procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas,

destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal

**Lei n.º 34/2012. D.R. n.º 163, Série I de 2012-08-23**

**Assembleia da República**

Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial

**Decreto-Lei n.º 196/2012. D.R. n.º 163, Série I de 2012-08-23**

**Ministério da Solidariedade e da Segurança Social**

Aprova a orgânica do Instituto de Informática, I. P.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2012. D.R. n.º 151, Série I de 2012-08-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012, de 22 de maio, que aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

**Despacho (extrato) n.º 10257/2012. D.R. n.º 147, Série II de 2012-07-31**

**Tribunal da Relação de Lisboa**

Grupo de trabalho para a informatização da Jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa, a partir de 1 de setembro

**Decreto-Lei n.º 161/2012. D.R. n.º 147, Série I de 2012-07-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a dependência e a composição do Conselho Gestor do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado e extingue o Conselho Técnico de Credenciação, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2012/A. D.R. n.º 146, Série I de 2012-07-30**

**Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa**

Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à Internet nas ilhas das Flores e do Corvo

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 25/2012/A. D.R. n.º 145, Série I de 2012-07-27**

**Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa**

Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2012. D.R. n.º 132, Série I de 2012-07-10**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2011, de 14 de novembro, que cria o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação

**Declaração de Retificação n.º 33/2012. D.R. n.º 132, Série I de 2012-07-10**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral**

Retifica a Portaria n.º 149/2012, de 16 de maio, dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, que aprova os Estatutos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

**Despacho n.º 8742/2012. D.R. n.º 126, Série II de 2012-07-02**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Altera o despacho n.º 16519/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 6 dezembro de 2011 (*Comissão para a Informatização Clínica - CIC*)

**Decreto-Lei n.º 126/2012. D.R. n.º 119, Série I de 2012-06-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 43/2012, de 23 de fevereiro

**Decreto-Lei n.º 124/2012. D.R. n.º 118, Série I de 2012-06-20**

**Ministério da Economia e do Emprego**

Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego [1 do Artigo 2.º (*Missão e atribuições*) dispõe que a SG tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo integrados no MEE e aos demais órgãos e serviços nele integrados, nos domínios da gestão de recursos internos, do apoio técnico-jurídico e contencioso, da documentação e informação, da comunicação e relações públicas, das tecnologias de informação e comunicação (TIC), assegurando ainda as funções relativas à preparação e acompanhamento da execução do orçamento de funcionamento do MEE]

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012. D.R. n.º 99, Série I de 2012-05-22**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2012. D.R. n.º 98, Série I de 2012-05-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a lista dos sistemas operacionais críticos a que se refere o n.º 5 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio (*Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação*)

**Portaria n.º 149/2012. D.R. n.º 95, Série I de 2012-05-16**

**Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência**

Aprova os Estatutos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2012. D.R. n.º 74, Série I de 2012-04-13**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria a Comissão Instaladora do Centro Nacional de Cibersegurança

**Despacho n.º 2843/2012. D.R. n.º 42, Série II de 2012-02-28**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças**

**Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e da Administração Pública**

Determina as formas de comunicação dos dados de caracterização de todas as entidades que integram a administração local no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e a articulação da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 8.º, da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro [*Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)*]

**Decreto-Lei n.º 43/2012. D.R. n.º 39, Série I de 2012-02-23**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012. D.R. n.º 27, Série I de 2012-02-07**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública, apresentado pelo Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC)

**Decreto-Lei n.º 16/2012. D.R. n.º 19, Série I de 2012-01-26**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

**Lei n.º 5/2012. D.R. n.º 16, Série I de 2012-01-23**

**Assembleia da República**

Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde

**Parecer do Comité das Regiões de 2012-01-11**

Sobre o Plano de Ação Europeu (2011-2015) para a administração pública em linha

*(2012/C 9/12)*

**Portaria n.º 2/2012. D.R. n.º 1, Série I de 2012-01-02**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o acesso eletrónico da Comissão para a Eficácia das Execuções (CPEE) à informação disponível no sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais (Citius) e no sistema de informação de suporte à atividade dos agentes de execução (SISAAE), e a prática de atos pela CPEE nestes sistemas de informação

## 2011

**Parecer do Comité Económico e Social Europeu de 2011-12-22**

Sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Plano de ação europeu (2011-2015) para a administração pública em linha – Tirar partido das TIC para promover uma administração pública inteligente, sustentável e inovadora

*[COM(2010) 743 final]*

**Parecer do Comité Económico e Social Europeu de 2011-12-22**

Sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Para a interoperabilidade dos serviços públicos europeus

*[COM(2010) 744 final ]*

*(2011/C 376/17)*

**Despacho n.º 16519/2011. D.R. n.º 233, Série II de 2011-12-06**

**Ministério da Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde**

Cria a Comissão para a Informatização Clínica – CIC, a fim de delinear a orientação estratégica na área da informatização clínica do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e estabelece a respetiva composição

**Despacho n.º 16171/2011. D.R. n.º 229, Série II de 2011-11-29**

**Ministério da Justiça – Gabinete da Ministra**

Plano de ação para a justiça na sociedade da informação

**Lei n.º 57/2011. D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28**

**Assembleia da República**

Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2011. D.R. n.º 218, Série I de 2011-11-14**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2011-11-08**

Iniciativa Europeia i2010 sobre Info-Inclusão "Participar na Sociedade da Informação"

*[SEC(2007) 1469] [SEC(2007) 1470] [COM(2007) 694 final]*

**Portaria n.º 270/2011. D.R. n.º 183, Série I de 2011-09-22**

**Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e da Justiça**

Segunda alteração à Portaria n.º 1245/2006, de 25 de agosto, que define o regime das taxas aplicadas à emissão do passaporte eletrónico

**Regulamento (UE) n.º 937/2011 da Comissão de 2011-09-21**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

*(JO L 245 de 22.9.2011, p. 1-18)*

**Lei n.º 51/2011. D.R. n.º 176, Série I de 2011-09-13**

**Assembleia da República**

Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE

**Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2011-09-13**

Sobre a Recomendação do Conselho, de 1998-09-24, relativa à proteção dos menores e da dignidade humana e a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2006-12-20, relativa à proteção dos menores e da dignidade humana e ao direito de resposta em relação à competitividade da indústria europeia de serviços audiovisuais e de informação online intitulada "Proteger as crianças no mundo digital"

*[COM(2011) 556 final – Não publicado no Jornal Oficial]*



**Recomendação 2011/750/EU da Comissão de 2011-09-08**

Sobre o apoio a um serviço *eCall* à escala da UE nas redes de comunicações eletrónicas para a transmissão de chamadas de emergência a partir de veículos, com base no número 112 (chamadas *eCall*) (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Aviso n.º 15727/2011. D.R. n.º 153, Série II de 2011-08-10**

**Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E.**

Informa a entrada em vigor, a 1 de agosto de 2011, do acordo quadro de equipamento informático

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011. D.R. n.º 131, Série I de 2011-07-11**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XIX Governo Constitucional e republica as regras de legística a observar no processo legislativo do Governo

**Despacho n.º 8771/2011. D.R. n.º 125, Série II de 2011-07-01**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde**

Determina a repartição de encargos com a troca de informação eletrónica entre as instituições dos diferentes Estados membros da União Europeia, no âmbito do projeto "*Electronic exchange of social security information*" (EESSI), criado pela Comissão Europeia

**Portaria n.º 245/2011. D.R. n.º 119, Série I de 2011-06-22**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

Define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**Lei n.º 36/2011. D.R. n.º 118, Série I de 2011-06-21**

**Assembleia da República**

Estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado

**Decreto-Lei n.º 70/2011. D.R. n.º 115, Série I de 2011-06-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina, de forma expressa, no âmbito do programa SIMPLEGIS, que certos decretos-leis não se encontram em vigor, em razão de caducidade, revogação tácita anterior ou revogação efetuada pelo presente decreto-lei

**Regulamento (UE) n.º 580/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2011-06-08**

Altera o Regulamento (CE) n.º 460/2004, que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, no que respeita à duração da agência

**Lei n.º 20/2011. D.R. n.º 98, Série I de 2011-05-20**

**Assembleia da República**

Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o setor público administrativo

**Declaração de Retificação n.º 13/2011. D.R. n.º 97, Série I de 2011-05-19**

**Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico**

Retifica a Portaria n.º 157/2011, de 13 de abril, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à Portaria n.º 361/87, de 30 de abril

**Edital n.º 428/2011. D.R. n.º 89, Série II de 2011-05-09**

**Freguesia de São Martinho do Porto**

Projeto de Regulamento de Posto Público de Internet

**Portaria n.º 157/2011. D.R. n.º 73, Série I de 2011-04-13**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à Portaria n.º 361/87, de 30 de abril

**Portaria n.º 135-A/2011. D.R. n.º 66, Série I de 2011-04-04**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Altera a Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, alterada pelas Portarias n.ºs 1033-C/2010, de 6 de outubro, e 1296-A/2010, de 20 de dezembro, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Portaria n.º 131/2011. D.R. n.º 66, Série I de 2011-04-04**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento**

Cria um balcão único eletrónico, designado “Balcão do empreendedor”

**Decreto-Lei n.º 48/2011. D.R. n.º 65, Série I de 2011-04-01**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro

**Resolução da Assembleia da República n.º 37/2011. D.R. n.º 52, Série I de 2011-03-15**

**Assembleia da República**

Recomenda ao Governo a adoção de sistemas de comunicação eletrónicos em substituição de reuniões presenciais

**Resolução da Assembleia da República n.º 36/2011. D.R. n.º 52, Série I de 2011-03-15**

**Assembleia da República**

Recomenda ao Governo que utilize sistemas de teleconferência e videoconferência em substituição de reuniões presenciais

**Decreto-Lei n.º 33/2011. D.R. n.º 46, Série I de 2011-03-07**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Adota medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios

**Recomendação n.º 2011/136/UE da Comissão Europeia de 2011-03-01**

Sobre orientações para a aplicação das regras de proteção de dados no Sistema de Cooperação no domínio da Defesa do Consumidor (CPCS)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2011. D.R. n.º 27, Série I de 2011-02-08**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina o lançamento do Programa *e.escola 2.0*, continuando a garantir aos alunos do ensino secundário o acesso às tecnologias de informação, promovendo a infoinclusão

**Portaria n.º 54/2011. D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28**

**Ministério da Justiça**

Cria o serviço de disponibilização *online* de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada

**Despacho n.º 1246/2011. D.R. n.º 10, Série II de 2011-01-14**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Aprova os formulários eletrónicos de transmissão de dados pelas entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas

**Decreto-Lei n.º 2/2011. D.R. n.º 4, Série I de 2011-01-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados atos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação

## 2010

**Portaria n.º 1297/2010. D.R. n.º 245, Série I de 2010-12-21**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova as normas e as especificações técnicas necessárias à gestão e ao funcionamento da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas

**Portaria n.º 1296-A/2010. D.R. n.º 244, Série I de 2010-12-20**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Segunda alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2010. D.R. n.º 240, Série I de 2010-12-14**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

**Declaração de Retificação n.º 36/2010. D.R. n.º 238, Série I de 2010-12-10**

**Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico**

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010, de 11 de outubro, que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLEGIS

**Portaria n.º 879-A/2010. D.R. n.º 231, Série II de 2010-11-29**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Ministro**

Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde eletrónico

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2010. D.R. n.º 225, Série I de 2010-11-19**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a Agenda Digital 2015, iniciativa inserida no âmbito do Plano Tecnológico

**Resolução da Assembleia da República n.º 120/2010. D.R. n.º 220, Série I de 2010-11-12**

**Assembleia da República**

Recomenda ao Governo a criação de um portal Internet dedicado à exportação de produtos portugueses

**Lei n.º 49/2010. D.R. n.º 220, Série I de 2010-11-12**

**Assembleia da República**

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”

**Parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados de 2010-10-16**

Sobre a promoção da confiança na sociedade da informação através do reforço da proteção dos dados e da privacidade

*(2010/C 280/01)*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010. D.R. n.º 197, Série I de 2010-10-11**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLEGIS

**Portaria n.º 1033-C/2010. D.R. n.º 194, Série I de 2010-10-06**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Primeira alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, que define o modelo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Portaria n.º 1033-B/2010. D.R. n.º 194, Série I de 2010-10-06**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Primeira alteração à Portaria n.º 314-A/2010, de 14 de junho, que estabelece os termos e as condições a que obedece o tratamento das bases de dados obtidos mediante a identificação ou a deteção eletrónica de veículos através do dispositivo eletrónico de matrícula

**Regulamento (UE) n.º 821/2010 da Comissão de 2010-09-17**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Portaria n.º 829/2010. D.R. n.º 169, Série I de 2010-08-31**

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 3.6, “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais”, integrada no Subprograma n.º 3, “Dinamização das Zonas Rurais”, do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER

**Portaria n.º 694/2010. D.R. n.º 158, Série I de 2010-08-16**  
**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 469/2009, de 6 de maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado e revoga a Portaria n.º 131/2010, de 2 de março

**Portaria n.º 471/2010. D.R. n.º 131, Série I de 2010-07-08**  
**Ministério da Justiça**

Quarta alteração à Portaria n.º 114/2008, de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Portaria n.º 426/2010. D.R. n.º 124, Série I de 2010-06-29**  
**Ministério da Justiça**

Procede ao ajustamento dos valores devidos pela emissão de certidão *online* de registo de veículos, pelas informações dadas por escrito e fotocópias não certificadas de registo predial e pela emissão de certidão permanente de registo predial e procede à cessação do período transitório no âmbito do registo predial

**Portaria n.º 363/2010. D.R. n.º 120, Série I de 2010-06-23**  
**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de faturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

**Portaria n.º 314-B/2010. D.R. n.º 113, Série I de 2010-06-14**  
**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens

**Portaria n.º 314-A/2010. D.R. n.º 113, Série I de 2010-06-14**  
**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Estabelece os termos e as condições a que obedece o tratamento das bases de dados obtidos mediante a identificação ou a deteção eletrónica de veículos através do dispositivo eletrónico de matrícula

**Decisão dos representantes dos Governos dos Estados-Membros de 2010-05-31**

Sobre a localização da sede do Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE)

*(2010/349/UE)*

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2010-05-25**

Relatório de progresso sobre o mercado único europeu das comunicações eletrónicas, 2009 (15.º relatório)

*[COM(2010) 253 final – Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decisão 2010/299/UE da Comissão de 2010-05-21**

Revoga a Decisão 2002/627/CE, que institui o grupo de reguladores europeus para as redes e serviços de comunicações eletrónicas

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2010. D.R. n.º 45, Série I de 2010-03-05**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria, na vigência do atual Governo, uma rede de pontos focais – Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

**Portaria n.º 131/2010. D.R. n.º 42, Série I de 2010-03-02**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Segunda alteração à Portaria n.º 469/2009, de 6 de maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado

**Portaria n.º 92/2010. D.R. n.º 30, Série I de 2010-02-12**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova os Estatutos da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

## 2009

**Lei n.º 119/2009. D.R. n.º 251, Série I de 2009-12-30**

**Assembleia da República**

Primeira alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

**Resolução do Conselho de 2009-12-18**

Sobre uma abordagem de colaboração europeia no domínio da segurança das redes e da informação

*(2009/C 321/01)*

**Regulamento (CE) n.º 1211/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2009-11-25**

Cria o Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) e o Gabinete *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Diretiva 2009/140/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2009-11-25**

Altera a Diretiva 2002/21/CE relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/19/CE relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos e a Diretiva 2002/20/CE relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas

**Diretiva 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2009-11-25**

Altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Deliberação n.º 922/2009 da Comissão Nacional de Proteção de Dados de 2009-11-09**

Princípios aplicáveis ao tratamento de dados de gravação de chamadas

**Regulamento (CE) n.º 1023/2009 da Comissão de 2009-10-29**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Portaria n.º 1264/2009. D.R. n.º 201, Série I de 2009-10-16**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova os modelos de anúncios previstos no regime jurídico do património imobiliário público e determina o local de publicitação na Internet

**Portaria n.º 1256/2009. D.R. n.º 199, Série I de 2009-10-14**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta a disponibilização de modelos de projetos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro

**Portaria n.º 1254/2009. D.R. n.º 199, Série I de 2009-10-14**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça**

Regulamenta o envio, por via eletrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo



60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projeto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro

**Declaração de Retificação n.º 75/2009. D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12**

**Assembleia da República**

Retifica a Lei n.º 99/2009, de 4 de setembro, que aprova o regime quadro das contraordenações do setor das comunicações

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria a Rede Interministerial de Tecnologias de Informação e Comunicação e aprova normas para a identificação, autenticação e assinatura eletrónicas de cidadãos perante a Administração

**Decreto-Lei n.º 274/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Regula o procedimento de consulta de entidades, públicas e privadas, realizado pelo Governo

**Decreto-Lei n.º 258/2009. D.R. n.º 187, Série I de 2009-09-25**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 32/2009, de 9 de julho, que determina a aplicação do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas detidas, geridas ou utilizadas pelas empresas de comunicações eletrónicas, sujeitando-as ao regime de acesso aberto, procede à terceira alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio

**Portaria n.º 1109/2009. D.R. n.º 187, Série I de 2009-09-25**

**Ministério da Justiça**

Determina o suporte informático para os atos e processos de registo civil e regulamenta a reconstituição de atos e processos de registo

**Lei n.º 110/2009. D.R. n.º 180, Série I de 2009-09-16**

**Assembleia da República**

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

**Diretiva 2009/110/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2009-09-16**

Relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva 2000/46/CE (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Lei n.º 109/2009. D.R. n.º 179, Série I de 2009-09-15**

**Assembleia da República**

Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa

**Decreto do Presidente da República n.º 91/2009. D.R. n.º 179, Série I de 2009-09-15**

**Presidência da República**

Ratifica a Convenção sobre o Cibercrime, adotada em Budapeste em 23 de novembro de 2001

**Resolução da Assembleia da República n.º 91/2009. D.R. n.º 179, Série I de 2009-09-15**

**Assembleia da República**

Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre o Cibercrime Relativo à Incriminação de Atos de Natureza Racista e Xenófoba Praticados através de Sistemas Informáticos, adotado em Estrasburgo em 28 de janeiro de 2003

**Resolução da Assembleia da República n.º 88/2009. D.R. n.º 179, Série I de 2009-09-15**

**Assembleia da República**

Aprova a Convenção sobre o Cibercrime, adotada em Budapeste em 23 de novembro de 2001

**Lei n.º 99/2009. D.R. n.º 172, Série I de 2009-09-04**

**Assembleia da República**

Aprova o regime quadro das contraordenações do setor das comunicações

**Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 2009-08-20**

Sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva

**Portaria n.º 915/2009. D.R. n.º 159, Série I de 2009-08-18**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Primeira alteração à Portaria n.º 469/2009, de 6 de maio, que estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado

**Portaria n.º 866/2009. D.R. n.º 156, Série I de 2009-08-13**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Determina que a Direção-Geral do Consumidor disponibilize em ambiente eletrónico uma rede telemática de informação comum (RTIC) que assegure às entidades reguladoras e de controlo de mercado sectorialmente competentes uma plataforma para a gestão das reclamações

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2009-08-04**

Relatório sobre a competitividade da Europa em matéria digital: principais resultados da estratégia "i2010" entre 2005 e 2009

*[COM(2009) 390 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Lei n.º 32/2009. D.R. n.º 131, Série I de 2009-07-09**

**Assembleia da República**

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de acesso aberto às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas e a estabelecer o regime de impugnação dos atos do ICP-ANACOM aplicáveis no âmbito do regime de construção, acesso e instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

**Portaria n.º 696/2009. D.R. n.º 124, Série I de 2009-06-30**

**Ministério da Justiça**

Estabelece os termos e condições da disponibilização de acessos eletrónicos com valor de certidão às procurações registadas através da Internet

**Declaração de Retificação n.º 43/2009. D.R. n.º 121, Série I de 2009-06-25**

**Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico**

Retifica o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

**Regulamento (CE) n.º 544/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2009-06-18**

Altera o Regulamento (CE) n.º 717/2007, relativo à itinerância nas redes telefónicas móveis públicas da Comunidade, e a Diretiva 2002/21/CE, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Decreto-Lei n.º 143/2009. D.R. n.º 114, Série I de 2009-06-16**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, que cria a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresas e permite aferir o estatuto de PME de qualquer empresa, de acordo com a definição e

critérios previstos na Recomendação n.º 2003/361/CE, de 2003-05-06 da Comissão Europeia (*Recomendação da Comissão relativamente à definição de micro, pequenas e médias empresas utilizada nas políticas comunitárias aplicadas no interior da Comunidade e do Espaço Económico Europeu*)

**Portaria n.º 597/2009. D.R. n.º 108, Série I de 2009-06-04**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece os termos a que obedece o registo das entidades certificadoras que emitem certificados qualificados previsto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, e revoga a Portaria n.º 1350/2004, de 23 de outubro

**Decreto-Lei n.º 134/2009. D.R. n.º 106, Série I de 2009-06-02**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (*call centers*)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2009. D.R. n.º 106, Série I de 2009-06-02**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a realização da despesa inerente à execução do programa de investigação de translação e de disseminação de informação, a celebrar entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Harvard Medical School, da Universidade de Harvard, nos EUA

**Decreto-Lei n.º 123/2009. D.R. n.º 98, Série I de 2009-05-21**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas

**Portaria n.º 469/2009. D.R. n.º 87, Série I de 2009-05-06**

**Ministérios da Administração Interna, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Estabelece os termos das condições técnicas e de segurança em que se processa a comunicação eletrónica para efeitos da transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas coletivas, bem como dos dados conexos necessários para identificar o assinante ou o utilizador registado

**Portaria n.º 458-B/2009. D.R. n.º 85, Série I de 2009-05-04**

**Ministério da Justiça**

Primeira alteração à Portaria n.º 1538/2008, de 30 de dezembro, que altera e republica a Portaria n.º 114/2008, de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Decreto-Lei n.º 88/2009. D.R. n.º 70, Série I de 2009-04-09**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado

**Portaria n.º 331-B/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis

**Portaria n.º 331-A/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social**

Regulamenta os meios eletrónicos de identificação do executado e dos seus bens e da citação eletrónica de instituições públicas, em matéria de ação executiva

**Portaria n.º 313/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30**

**Ministério da Justiça**

Regula a criação de uma lista pública de execuções, disponibilizada na Internet, com dados sobre execuções frustradas por inexistência de bens penhoráveis

**Portaria n.º 311/2009. D.R. n.º 62, Série I de 2009-03-30**

**Ministério da Justiça**

Determina que a informação constante do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SICAE) é de acesso público e gratuito, através de sítio da Internet mantido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

**Portaria n.º 307/2009. D.R. n.º 59, Série I de 2009-03-25**

**Ministério da Justiça**

Estabelece o regime do registo de procurações e respetivas extinções e os termos em que se processa a circulação eletrónica de dados e documentos

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2009-03-24**

Relatório de progresso sobre o mercado único europeu das comunicações eletrónicas em 2008 (14.º Relatório)

*[COM(2009) 140 final – Não publicada no Jornal Oficial]*

**Despacho n.º 7582/2009. D.R. n.º 52, Série II de 2009-03-16**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**

Novo portal da DGCI *[Procede à renovação do portal da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) verificando-se a junção dos conteúdos dos atuais sítios <http://www.dgci.min-financas.pt> e <http://www.e-financas.gov.pt>, passando a existir um único sítio orientado para o utilizador com novas funcionalidades.*

Determina, ainda, que a referência feita na diversa legislação aos sítios <http://www.dgci.min-financas.pt> e <http://www.e-financas.gov.pt> deva ler-se e passar a ser designada <http://www.portaldasfinancas.gov.pt>

**Decreto-Lei n.º 62/2009. D.R. n.º 48, Série I de 2009-03-10**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

**Declaração de retificação n.º 667/2009. D.R. n.º 43, Série II de 2009-03-03**

**Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico**

Retifica o Despacho n.º 28305-A/2008, de 4 de novembro, que reconhece a FCM – Fundação para as Comunicações Móveis

**Decreto Regulamentar n.º 3/2009. D.R. n.º 23, Série I de 2009-02-03**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o artigo 1.º da Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, (*Aprova medidas de combate à corrupção e procede à primeira alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, à décima sétima alteração à lei geral tributária e à terceira alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril*) que tem por objeto a criação no âmbito do Ministério da Justiça de uma base de dados de procurações

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2009. D.R. n.º 6, Série I de 2009-01-09**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Designa o coordenador nacional do Ano Europeu para a Criatividade e a Inovação

**Portaria n.º 4/2009. D.R. n.º 1, Série I de 2009-01-02**

**Ministério da Justiça**

Aprova os modelos do cartão da empresa e do cartão de pessoa coletiva, regulamenta o respetivo pedido de emissão por via eletrónica e altera o Regulamento do Registo Comercial

**Portaria n.º 3/2009. D.R. n.º 1, Série I de 2009-01-02**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta a marcação prévia da data da realização dos procedimentos de constituição imediata de sociedades em que o capital seja total ou parcialmente realizado mediante entradas em bens diferentes de dinheiro sujeitos a registo, nos termos do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho

## 2008

### **Decreto-Lei n.º 247-B/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

#### **Ministério da Justiça**

Cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SICAE) e adota medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades ("empresa na hora") e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial ("empresa on-line"), do regime especial de constituição imediata de associações ("associação na hora") e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras ("sucursal na hora")

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Cria o Sistema de Controlo dos Atos Normativos (SCAN), aprovando medidas destinadas ao controlo automatizado e ao acompanhamento das necessidades de emissão de atos normativos

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

#### **Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece um compromisso de redução de encargos administrativos para as empresas, a integrar nos Programas Legislar Melhor e de Simplificação Administrativa e Legislativa – SIMPLEX, e define a forma de coordenação e acompanhamento a nível nacional do Programa de Ação para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia

### **Portaria n.º 1538/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

#### **Ministério da Justiça**

Altera e republica a Portaria n.º 114/2008, de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

### **Portaria n.º 1536/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

#### **Ministério da Justiça**

Altera a Portaria n.º 99/2008, de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção *online* de atos de registo de veículos, a certidão *online* de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com caráter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção *online* do registo da penhora de veículos

**Portaria n.º 1535/2008. D.R. n.º 251, Série I de 2008-12-30**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados e o pedido *online* de atos de registo predial

**Despacho n.º 32639-A/2008. D.R. n.º 249, Série II de 2008-12-26**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Atribui as funções de entidade supervisora das plataformas eletrónicas previstas no Código dos Contratos Públicos ao Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)

**Decisão 1351/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-12-16**

Estabelece um programa comunitário plurianual para a proteção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias das comunicações

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2008-12-01**

Para uma sociedade da informação acessível

*[COM(2008) 804 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho de 2008-11-27**

Relativa à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal

**Conclusões do Conselho de 2008-11-20**

Sobre o desenvolvimento da oferta legal de conteúdos culturais e criativos online e a prevenção e luta contra a pirataria no ambiente digital *[Jornal Oficial C319 de 13.12.2008]*

**Despacho n.º 29597/2008. D.R. n.º 224, Série II de 2008-11-18**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local**

Concretiza a medida “Simplex” de partilha de informação desmaterializada entre a Inspeção-Geral da Administração Local e as autarquias, no domínio das ações inspetivas e da troca de informação por via eletrónica

**Despacho n.º 28305-A/2008. D.R. n.º 214, Série II de 2008-11-04**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**

Reconhece a Fundação para as Comunicações Móveis



**Recomendação da Comissão de 2008-10-15**

Relativa às notificações, prazos e consultas previstos no artigo 7.º da Diretiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas [notificada com o número C(2008) 5925] (Texto relevante para efeitos do EEE)  
(Jornal Oficial n.º L 301 de 12/11/2008 p. 0023 – 0032)

**Regulamento (CE) n.º 960/2008 da Comissão de 2008-09-30**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (Texto relevante para efeitos do EEE)

**Regulamento (CE) n.º 1007/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-09-24**

Altera o Regulamento (CE) n.º 460/2004, de 10 de março, que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, no que respeita à duração da agência (Texto relevante para efeitos do EEE)

**Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/M. D.R. n.º 160, Série I de 2008-08-20**

**Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa**

Adapta à Região Autónoma da Madeira a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME), criada pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro

**Portaria n.º 711/2008. D.R. n.º 147, Série I de 2008-07-31**

**Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação**

Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, aprovado pela Portaria n.º 1462/2007, de 15 de novembro

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2008. D.R. n.º 146, Série I de 2008-07-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Define como prioridade estratégica para o País no setor das comunicações eletrónicas a promoção do investimento em redes de nova geração

**Portaria n.º 701-J/2008. D.R. n.º 145, Suplemento, Série I de 2008-07-29**

**Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de investigação e desenvolvimento e cria a respetiva comissão

**Portaria n.º 701-I/2008. D.R. n.º 145, Série I de 2008-07-29**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas

**Portaria n.º 701-G/2008. D.R. n.º 145, Série I de 2008-07-29**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas

**Portaria n.º 701-F/2008. D.R. n.º 145, Série I de 2008-07-29**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)

**Despacho Normativo n.º 35-A/2008. D.R. n.º 145, Série II de 2008-07-29**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República. Revoga o Despacho Normativo n.º 38/2006, de 30 de junho

**Lei n.º 35/2008. D.R. n.º 144, Série I de 2008-07-28**

**Assembleia da República**

Procede à segunda alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (*Lei das Comunicações Eletrónicas*), estabelecendo o regime sancionatório aplicável às infrações ao Regulamento (CE) n.º 717/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativo à itinerância nas redes telefónicas móveis públicas da Comunidade

**Decreto-Lei n.º 143-A/2008. D.R. n.º 143, Série I de 2008-07-25**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

**Decreto-Lei n.º 143/2008. D.R. n.º 143, Série I de 2008-07-25**

**Ministério da Justiça**

Aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial, alterando o Código da Propriedade Industrial, concretizando uma medida do Programa SIMPLEX

**Lei n.º 32/2008. D.R. n.º 137, Série I de 2008-07-17**

**Assembleia da República**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2006-03-15, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações

**Relatório da Comissão de 2008-07-14 ao Conselho**

Apresentado nos termos do artigo 12.º da Decisão-Quadro do Conselho de 2005-02-24 relativa a ataques contra os sistemas de informação

*[COM(2008) 448 final – Não publicado no Jornal Oficial].*

**Decisão 742/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-07-09**

Relativa à participação da Comunidade num programa de investigação e desenvolvimento da responsabilidade de vários Estados-Membros destinado a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas através da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Decreto-Lei n.º 116/2008. D.R. n.º 128, Série I de 2008-07-04**

**Ministério da Justiça**

Adota medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos

**Portaria n.º 457/2008. D.R. n.º 118, Série I de 2008-06-20**

**Ministério da Justiça**

Altera a Portaria n.º 114/2008, de 6 de fevereiro, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Lei n.º 24/2008. D.R. n.º 105, Série I de 2008-06-02**

**Assembleia da República**

Segunda alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais

**Aviso n.º 15981/2008. D.R. n.º 99, Série II de 2008-05-23**

**Assembleia Municipal de Armamar**

Regulamento do espaço Internet de Armamar

**Decreto-Lei n.º 82/2008. D.R. n.º 97, Série I de 2008-05-20**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 143/2001, de 26 de abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 97/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio, relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos celebrados a distância, regulando ainda os contratos ao domicílio e equiparados, bem como outras modalidades contratuais de fornecimento de bens e serviços

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2008-04-17**

Preparar o futuro digital da Europa – Avaliação intercalar da iniciativa i2010  
*[COM(2008) 199 final. Não publicado no Jornal Oficial]*

**Declaração de Retificação n.º 18-A/2008. D.R. n.º 62 Série I de 2008-03-28**

**Presidência do Conselho de Ministros – Centro Jurídico**

Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que aprova o Código dos Contratos Públicos

**Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de 2008-03-28**

Relativa ao Ano Europeu da Criatividade e Inovação (2009)

*COM(2008) 159 final*  
*2008/0064 (COD)*

**Portaria n.º 245/2008. D.R. n.º 61, Série I de 2008-03-27**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça**

Altera a Portaria n.º 499/2007, de 30 de abril, que estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão eletrónica de dados

**Comunicação da Comissão de 2008-03-19 ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões**

Apresentação do relatório de progresso sobre o mercado único europeu das comunicações eletrónicas em 2007 (13.º Relatório)

*[COM(2008) 153 final – Não publicada no Jornal Oficial]*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2008. D.R. n.º 56, Série I de 2008-03-19**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Visa permitir que os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário possam, durante o corrente ano letivo, aderir ao programa *e.escola*, criando-se ainda um regime especificamente dirigido a beneficiários da iniciativa com

necessidades educativas especiais de caráter permanente, garantindo-lhes o acesso a computadores adaptados, sem quaisquer encargos adicionais

**Decisão 2008/286/CE da Comissão de 2008-03-17**

Altera a Decisão 2007/176/CE no que respeita à lista de normas e/ou especificações para redes e serviços de comunicações eletrónicas e recursos e serviços conexos

[Notificada com o número C(2008) 1001] (Texto relevante para efeitos do EEE)  
(Jornal Oficial n.º L 093 de 2008-04-04)

**Portaria n.º 234/2008. D.R. n.º 51, Série I de 2008-03-12**

**Ministério da Justiça**

Altera o Regulamento do Registo Comercial, aprovado pela Portaria n.º 657-A/2006, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro

**Lei n.º 12/2008. D.R. n.º 40, Série I de 2008-02-26**

**Assembleia da República**

Primeira alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais

**Portaria n.º 114/2008. D.R. n.º 26, Série I de 2008-02-06**

**Ministério da Justiça**

Regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais

**Portaria n.º 99/2008. D.R. n.º 22, Série I de 2008-01-31**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta a promoção *online* de atos de registo de veículos, a certidão *online* de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com caráter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção *online* do registo da penhora de veículos

**Decreto-Lei n.º 18/2008. D.R. n.º 20, Série I de 2008-01-29**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Entre outros novos aspetos, incluem-se: (i) no plano da investigação e desenvolvimento, o CCP prescreve que relativamente a contratos de valor igual ou superior a € 25.000.000 o adjudicatário é obrigado a elaborar um ou vários projetos de investigação e desenvolvimento diretamente relacionados com as prestações que constituem o objeto desse contrato, a concretizar em território nacional, pelo próprio ou por terceiros, de valor correspondente, em regra, a pelo menos 1 % do preço contratual; (ii) no plano da permeabilidade à evolução tecnológica e às possibilidades oferecidas pelas vias eletrónicas, o CCP adequa o regime da

contratação pública às exigências da atualidade, *maxime* às impostas pelo *e-procurement* e pelas novas exigências decorrentes da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas; (iii) no plano da própria evolução jurídica e sua articulação com áreas conexas, o CCP procura, entre outras coisas, ajustar o regime da contratação e da execução dos contratos por ele abrangidos às técnicas de financiamento hoje em dia correntes, sobretudo no domínio dos contratos de concessão, avultando, naturalmente, as *de project finance*, *acquisition finance* e *asset finance*. O CCP também introduz na contratação pública os leilões eletrónicos e sistemas de aquisição dinâmicos

### **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2008-01-03**

Conteúdos criativos online no mercado único  
[COM(2007) 836 final – Não publicado no Jornal Oficial]

## **2007**

### **Despacho Normativo n.º 41-A/2007. D.R. n.º 251, Série II de 2007-12-31**

#### **Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**

Altera o Despacho Normativo n.º 38/2006, de 30 de junho, que desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série, alterado pelo Despacho Normativo n.º 2/2007, de 4 de janeiro

### **Portaria n.º 1593/2007. D.R. n.º 242, Série I de 2007-12-17**

#### **Ministério da Administração Interna**

Cria um balcão único virtual para apresentação de denúncias de natureza criminal e estabelece os procedimentos a adotar pela GNR, PSP e SEF com vista à prestação do novo serviço aquando da apresentação, por parte de cidadão, de queixa através de formulário em suporte eletrónico

### **Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 2007-12-17**

Relativa aos mercados relevantes de produtos e serviços no setor das comunicações eletrónicas suscetíveis de regulamentação *ex ante* em conformidade com a Diretiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas [notificada com o número C(2007) 5406] (Texto relevante para efeitos do EEE) (2007/879/CE)

### **Decisão da Comissão das Comunidades Europeias de 2007-12-12**

Relativa à proteção de dados no Sistema de Informação do Mercado Interno

**Decisão da Comissão de 2007-12-06**

Altera a Decisão 2002/627/CE que institui o grupo de reguladores europeus para as redes e serviços de comunicações eletrónicas

*(Texto relevante para efeitos do EEE)*

*(2007/804/CE)*

**Portaria n.º 1462/2007. D.R. n.º 220, Série I de 2007-11-15**

**Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação**

Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)

**Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 2007-11-13**

Altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor {SEC(2007) 1472} {SEC(2007) 1473}

*COM(2007) 698 final*

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2007-11-13**

Apresenta o Relatório sobre o resultado da revisão do quadro regulamentar comunitário das redes e serviços de comunicações eletrónicas em conformidade com a Diretiva 2002/21/CE e resumo das propostas de reforma de 2007

*[COM(2007) 696 final – Não publicada no Jornal Oficial]*

**Portaria n.º 1441/2007. D.R. n.º 214, Série I de 2007-11-07**

**Ministério da Justiça**

Indica as conservatórias competentes para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações

**Decreto-Lei n.º 372/2007. D.R. n.º 213, Série I de 2007-11-06**

**Ministério da Economia e da Inovação**

Cria a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME)

**Resolução da Assembleia da República n.º 53/2007. D.R. n.º 202, Série I de 2007-10-19**

**Assembleia da República**

Aprova a iniciativa *Software* Livre no Parlamento

**Portaria n.º 1370/2007. D.R. n.º 202, Série I de 2007-10-19**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Estabelece as condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel

**Portaria n.º 1359/2007. D.R. n.º 198, Série I de 2007-10-15**

**Ministério da Justiça**

Determina o sítio na Internet onde pode ser feita a aquisição *online* de marcas registadas e estabelece as taxas a pagar na aquisição *online* e presencial de marcas registadas

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007. D.R. n.º 190, Série I de 2007-10-02**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central

**Decreto-Lei n.º 318/2007. D.R. n.º 186, Série I de 2007-09-26**

**Ministério da Justiça**

Aprova um regime especial de aquisição imediata e de aquisição *online* de marca registada e altera o Código da Propriedade Industrial, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 145/85, de 8 de maio, (*Estabelece normas sobre o funcionamento dos serviços dos registos e do notariado, bem como sobre as inscrições de factos referentes a quaisquer entidades sujeitas a inscrição no registo nacional de pessoas coletivas. Revoga os artigos 10.º a 12.º do Decreto n.º 198/73, de 3 de maio, 20.º e 73.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de dezembro, e 22.º do Regulamento aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de outubro*), o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho, (*Cria a «empresa na hora», através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Coletivas, o Código do Registo Comercial, o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, que estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*) O Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho, (*Cria a «empresa on-line», através de um regime especial de constituição on-line de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, e cria a «marca na hora», alterando o regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho*) e o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2007. D.R. n.º 184, Série I de 2007-09-24**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a realização da despesa inerente à celebração do contrato quadro para o fornecimento, pelo período de cinco anos, dos serviços de acesso e



conectividade para todos os sites do Ministério da Administração Interna, dos serviços de monitorização, suporte e manutenção e, ainda, das respetivas soluções de *back up*, no âmbito da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007. D.R. n.º 180, Série I de 2007-09-18**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Plano Tecnológico da Educação

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2007. D.R. n.º 178, Série I de 2007-09-14**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a abertura de procedimento de concurso público internacional com vista à aquisição dos serviços e bens necessários ao fornecimento, instalação, manutenção, operação e gestão de redes locais para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário

**Decreto-Lei n.º 309/2007. D.R. n.º 173, Série I de 2007-09-07**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Define a interligação de dados dos sistemas de proteção social da Administração Pública e do controlo do cumprimento de obrigações contributivas e de prestações sociais, por via eletrónica, e introduz medidas de simplificação e desburocratização da Caixa Geral de Aposentações

**Portaria n.º 1050-A/2007. D.R. n.º 168, Série I de 2007-08-31**

**Ministério da Justiça**

Regula a promoção *online* de atos de registo de propriedade plena adquirida por contrato verbal de compra e venda referentes a veículos a motor e respetivos reboques

**Lei n.º 46/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24**

**Assembleia da República**

Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de agosto, com a redação introduzida pelas Leis n.ºs 8/95, de 29 de março, e 94/99, de 16 de julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de novembro, relativa à reutilização de informações do setor público

**Lei n.º 42/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24**

**Assembleia da República**

Terceira alteração à Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas

**Lei n.º 40/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24**

**Assembleia da República**

Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil

**Decreto-Lei n.º 303/2007. D.R. n.º 163, Série I de 2007-08-24**

**Ministério da Justiça**

Altera o Código de Processo Civil, procedendo à revisão do regime de recursos e de conflitos em processo civil e adaptando-o à prática de atos processuais por via eletrónica; introduz ainda alterações à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, e aos Decretos-Leis n.ºs 269/98, de 1 de setembro, *(Aprova o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de 1.ª Instância)* e 423/91, de 30 de outubro *(Estabelece o regime jurídico de proteção às vítimas de crimes violentos)*

**Despacho n.º 18188/2007. D.R. n.º 157, Série II de 2007-08-16**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Despacho de extinção das obrigações da TMN, da VODAFONE e da Optimus relativas à contribuição para os projetos necessários ao desenvolvimento da sociedade de informação

**Decreto-Lei n.º 263-A/2007. D.R. n.º 140, Série I de 2007-07-23**

**Ministério da Justiça**

Cria o procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único e altera o Código do Registo Predial

**Portaria n.º 794-B/2007. D.R. n.º 140, Série I de 2007-07-23**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta os procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis

**Regulamento (CE) n.º 847/2007 da Comissão de 2007-07-18**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Despacho (extrato) n.º 14871/2007. D.R. n.º 131, Série II de 2007-07-10**

**Ministério da Justiça – Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**

Promoção *online* de atos de registo comercial

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 2007-07-06**

Relatório sobre a implementação, o funcionamento e a eficácia do domínio de topo “.eu” *[COM(2007) 385 final]*

**Regulamento (CE) n.º 717/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2007-06-27**

Relativo à itinerância nas redes telefónicas móveis públicas da Comunidade

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 2007-06-01**

Sobre a avaliação da Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA)

*[COM(2007) 285 final - Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decreto-Lei n.º 211/2007. D.R. n.º 103, Série I de 2007-05-29**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Aprova a orgânica do Instituto de Informática, I. P.

**Decreto-Lei n.º 196/2007. D.R. n.º 93, Série I de 2007-05-15**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Regula as condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas ou documentos equivalentes emitidos por via eletrónica, nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

**Portaria n.º 593/2007. D.R. n.º 92, Série I de 2007-05-14**

**Ministério da Justiça**

Define os meios de assinatura eletrónica e os sistemas informáticos a utilizar na prática de atos processuais em suporte informático pelos magistrados e pelas secretarias judiciais

**Decreto-Lei n.º 176/2007. D.R. n.º 88, Série I de 2007-05-08**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Procede à primeira alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (*Lei das Comunicações Eletrónicas*), estabelecendo o regime sancionatório da aquisição, propriedade e utilização de dispositivos ilícitos para fins privados no domínio de comunicações eletrónicas

**Decreto-Lei n.º 163/2007. D.R. n.º 85, Série I de 2007-05-03**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 2007-05-02**

Relativa à promoção da proteção de dados através de tecnologias de proteção da privacidade

*COM(2007) 228 final*

**Portaria n.º 562/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30**

**Ministério da Justiça**

Altera as Portarias n.ºs 657-A/2006, de 29 de junho, e 1416-A/2006, de 19 de dezembro, fixando os termos e a taxa devida pelo registo automático e eletrónico da prestação de contas, no âmbito da informação empresarial simplificada (IES), e regulando o acesso à base de dados das contas anuais

**Portaria n.º 551/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30**  
**Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**  
Aprova os Estatutos da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

**Portaria n.º 499/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30**  
**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça**  
Estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão eletrónica de dados

**Portaria n.º 498/2007. D.R. n.º 83, Série I de 2007-04-30**  
**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**  
Aprova os Estatutos da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

**Decreto-Lei n.º 153/2007. D.R. n.º 82, Série I de 2007-04-27**  
**Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**  
Aprova a orgânica da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

**Decreto-Lei n.º 116/2007. D.R. n.º 82, Série I de 2007-04-27**  
**Presidência do Conselho de Ministros**  
Aprova a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

**Decreto-Lei n.º 114/2007. D.R. n.º 77, Série I de 2007-04-19**  
**Presidência do Conselho de Ministros**  
Institui a faculdade de dispensa, no relacionamento com os serviços públicos, de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária ou contributiva regularizada

**Despacho Normativo n.º 19/2007. D.R. n.º 76, Série II de 2007-04-18**  
**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**  
Altera o Despacho Normativo n.º 38/2006, de 30 de junho, que desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série, alterado pelo Despacho Normativo n.º 2/2007, de 4 de janeiro

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2007-03-30**  
i2010 – Relatório Anual de 2007 sobre a Sociedade da Informação  
*[COM(2007) 146 final. Não publicado no Jornal Oficial]*

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 2007-03-07**

Acompanhamento do programa de trabalho para uma melhor aplicação da Diretiva relativa à proteção de dados  
*[COM(2007) 87 final - Não publicada no Jornal Oficial].*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2007-03-02**

Sobre a estratégia para uma sociedade da informação segura na Europa  
*(2007/C 68/01)*

**Decreto-Lei n.º 37/2007. D.R. n.º 35, Série I de 2007-02-19**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Cria a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., e aprova os respetivos estatutos

**Portaria n.º 208/2007. D.R. n.º 34, Série I de 2007-02-16**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova o modelo declarativo da informação empresarial simplificada (IES) e respetivos anexos

**Portaria n.º 203/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13**

**Ministério da Justiça**

Regula o montante das taxas devidas pela emissão ou substituição do cartão de cidadão, as situações em que os atos devem ser gratuitos e a taxa devida pela realização do serviço externo, no âmbito do pedido de emissão ou substituição do cartão

**Portaria n.º 202/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça**

Aprova o modelo oficial e exclusivo do cartão de cidadão para os cidadãos nacionais e para os beneficiários do estatuto referido no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro

**Portaria n.º 201/2007. D.R. n.º 31, Série I de 2007-02-13**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Administração Pública, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde**

Regula, no período que antecede a expansão a todo o território nacional, a localização e as condições de instalação dos serviços de receção dos pedidos do cartão de cidadão

**Portaria n.º 170/2007. D.R. n.º 26, Série I de 2007-02-06**

**Ministério da Justiça**

Estabelece os requisitos da apresentação de requerimentos de certificados do registo criminal e da respetiva transmissão, por via eletrónica, aos serviços de identificação criminal da Direção-Geral da Administração da Justiça

**Lei n.º 7/2007. D.R. n.º 25, Série I de 2007-02-05**

**Assembleia da República**

Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização

**Regulamento n.º 19/2007. D.R. n.º 22, Série II de 2007-01-31**

**Presidência do Conselho de Ministros – Autoridade Nacional de Segurança**

Sistema de Certificação Eletrónica do Estado. Regimento do conselho técnico de credenciação

**Portaria n.º 139/2007. D.R. n.º 20, Série I de 2007-01-29**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Aprova o regulamento de registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do âmbito da ação social do sistema de segurança social. Revoga a Portaria n.º 778/83, de 23 de julho (*Aprova o regulamento do registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do âmbito da segurança social. Revoga a Portaria n.º 234/81, de 5 de março. Artigo 27.º - Publicações - 1 - O registo definitivo dos atos referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 5.º, bem como o averbamento do cancelamento do registo, são publicados, por extrato, no sítio na Internet da segurança social*)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007. D.R. n.º 12, Série I de 2007-01-17**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA)

**Decreto-Lei n.º 8/2007. D.R. n.º 12, Série I de 2007-01-17**

**Ministério da Justiça**

Cria a Informação Empresarial Simplificada (IES), que consiste na prestação da informação de natureza fiscal, contabilística e estatística respeitante ao cumprimento de determinadas obrigações legais através de uma declaração única transmitida por via eletrónica

**Portaria n.º 9/2007. D.R. n.º 3, Série I de 2007-01-04**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova os novos modelos de impressos das declarações modelos n.ºs 14 e 32 para entrega por transmissão eletrónica (*IRS*)

**Despacho Normativo n.º 2/2007. D.R. n.º 3, Série II de 2007-01-04**

**Presidência do Conselho de Ministros**

**Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**

Altera o Despacho Normativo n.º 38/2006, de 30 de junho, que desmaterializa o processo de envio de atos para publicação na 1.ª e 2.ª séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.ª série

## 2006

### **Decreto-Lei n.º 238/2006. D.R. n.º 243, Série I de 2006-12-20**

#### **Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, ao Código do Imposto do Selo, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Código do Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, à lei geral tributária, ao Código do Procedimento Tributário, eliminando e simplificando obrigações acessórias e antecipando alguns dos prazos de apresentação de declarações de terceiros, para viabilizar o pré-preenchimento das declarações enviadas pela Internet. É atribuído valor jurídico a documentos emitidos por via eletrónica no âmbito do procedimento tributário, e dispensa-se a entrega em papel de plantas de arquitetura ou projetos de loteamento quando as telas finais e os projetos tenham sido entregues em suporte digital nas câmaras municipais

### **Portaria n.º 1416-A/2006. D.R. n.º 242, Série I de 2006-12-19**

#### **Ministério da Justiça**

Regula o regime da promoção eletrónica de atos de registo comercial e cria a certidão permanente

### **Decisão 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006-12-18**

Relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007-2013)

### **Decisão 969/2006/CE do Conselho de 2006-12-18**

Relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom) de atividades de investigação e formação em matéria nuclear (2007-2011)

### **Decisão 2007/176/CE da Comissão de 2006-12-11**

Estabelece uma lista de normas e/ou especificações para redes e serviços de comunicações eletrónicas e recursos e serviços conexos que substitui todas as versões anteriores *[notificada com o número C(2006) 6364] (Alterada pela Decisão da Comissão 2008/286/CE, de 2008-03-17)*

### **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2006-11-15**

Sobre o combate ao spam, ao spyware e ao malware  
*[COM (2006) 688 final – Não publicada no Jornal Oficial]*

**Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias de 2006-11-06**

Avaliação final do plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos nas redes mundiais

*[COM(2006) 663 final]*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2006. D.R. n.º 209, Série I de 2006-10-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria o Grupo de Trabalho UMTS (GT-UMTS), ao qual incumbe acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas entidades titulares de licenças de exploração de sistemas de telecomunicações móveis internacionais de terceira geração baseados na norma UMTS, no quadro do desenvolvimento e promoção da sociedade da informação em Portugal

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006. D.R. n.º 198, Série I de 2006-10-13**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a celebração dos contratos, e a realização da respetiva despesa, relativos aos programas de investigação e educação avançada a celebrar entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas at Austin (UTA)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006. D.R. n.º 183, Série I de 2006-09-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para os anos de 2006 a 2009

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2006. D.R. n.º 183, Série I de 2006-09-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Prorroga o mandato do Gabinete de Gestão do Programa Operacional da Administração Pública (GGPOAP) e da estrutura de missão Intervenção Operacional da Administração Pública (IOAP)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2006. D.R. n.º 178, Série I de 2006-09-14**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Autoriza a abertura de concurso público para a contratação de serviços de transmissão de dados e acesso à Internet, pelo período de três anos, para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça (RCJ)



**Despacho n.º 18727-A/2006. D.R. n.º 178, Série II de 2006-09-14**  
**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros**

Bases de dados jurídicas. Estabelece orientações para a identificação de conteúdos a disponibilizar no sítio do Diário da República Eletrónico na Internet, nomeadamente relativos a bases de dados jurídicas do Diário da República Eletrónico e do DIGESTO – Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica, de forma a melhorar e maximizar, no âmbito do serviço de assinaturas, a qualidade da informação jurídica disponibilizada

**Declaração de Retificação n.º 54/2006. D.R. n.º 161, Série I de 2006-08-22**

**Presidência do Conselho de Ministros**

De ter sido retificada a Portaria n.º 657-C/2006, de 29 de junho, do Ministério da Justiça, que regula a designação, o funcionamento e as funções do sítio na Internet que permite a constituição *online* de sociedades comerciais e civis sob forma comercial do tipo por quotas e anónima, bem como a utilização dos meios de autenticação eletrónica e de assinatura eletrónica, na indicação dos dados e na entrega de documentos, conforme dispõe o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho

**Portaria n.º 728-A/2006. D.R. n.º 141, Série I de 2006-07-24**  
**Ministério da Justiça**

Regulamenta a entrega do procedimento de injunção através da Internet

**Despacho Normativo n.º 1/2006. D.R. n.º 132, Série II de 2006-07-11**  
**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Estabelece o regime de cumprimento, por transmissão eletrónica de dados, das formalidades declarativas inerentes à exportação ou reexportação de mercadorias do território aduaneiro da comunidade

**Regulamento (CE) n.º 1031/2006 da Comissão de 2006-07-04**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Lei n.º 26/2006. D.R. n.º 125, Série I-A de 2006-06-30**  
**Assembleia da República**

Procede à segunda alteração da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas. Institucionaliza a substituição do Diário da República em papel pela sua edição eletrónica disponibilizada na Internet, termina a publicação da 3.ª série e reorganiza as 1.ª e 2.ª séries.

**Despacho Normativo n.º 38/2006. D.R. n.º 125, Série I-B de 2006-06-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Desmaterializa os processos de envio de atos para publicação nas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Séries do Diário da República e fixa as regras de organização e publicação de atos na 2.<sup>a</sup> Série

**Portaria n.º 657-C/2006. D.R. n.º 124, Série I-B de 2006-06-29**

**Ministério da Justiça**

Regula a designação, o funcionamento e as funções do sítio na Internet que permite a constituição *online* de sociedades comerciais e civis sob forma comercial do tipo por quotas e anónima, bem como a utilização dos meios de autenticação eletrónica e de assinatura eletrónica, na indicação dos dados e na entrega de documentos, conforme dispõe o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho

**Portaria n.º 657-B/2006. D.R. n.º 124, Série I-B de 2006-06-29**

**Ministério da Justiça**

Estabelece a regulamentação do registo informático dos atos praticados pelas câmaras de comércio e indústria, advogados e solicitadores, ao abrigo do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março

**Portaria n.º 657-A/2006. D.R. n.º 124, Série I-B de 2006-06-29**

**Ministério da Justiça**

Aprova o Regulamento do Registo Comercial

**Decreto-Lei n.º 125/2006. D.R. n.º 124, Série I-A de 2006-06-29**

**Ministério da Justiça**

Cria a "empresa *on-line*", através de um regime especial de constituição on-line de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, e cria a "marca na hora", alterando o regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho

**Decreto do Presidente da República n.º 56/2006. D.R. n.º 117, Série I-A de 2006-06-20**

**Presidência da República**

Ratifica o Protocolo Adicional à Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal, respeitante às autoridades de controlo e aos fluxos transfronteiriços de dados, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 8 de novembro de 2001, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 45/2006, de 20 de junho, em 20 de abril de 2006

**Resolução da Assembleia da República n.º 45/2006. D.R. n.º 117, Série I-A de 2006-06-20**

**Assembleia da República**

Aprova, para ratificação, o Protocolo Adicional à Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal, respeitante às autoridades de controlo e aos fluxos transfronteiriços de dados, aberto à assinatura em Estrasburgo em 8 de novembro de 2001

**Decreto-Lei n.º 116-C/2006. D.R. n.º 115, Série I-A de 2006-06-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece como serviço público o acesso universal e gratuito ao Diário da República e as demais condições da sua utilização

**Decreto-Lei n.º 116-B/2006. D.R. n.º 115, Série I-A de 2006-06-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Primeira alteração à Lei Orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de julho, adaptando-a ao Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas

**Decreto-Lei n.º 116-A/2006. D.R. n.º 115, Série I-A de 2006-06-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Procede à criação do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas e designa a Autoridade Nacional de Segurança como autoridade credenciadora nacional

**Decreto-Lei n.º 112/2006. D.R. n.º 112, Série I-A de 2006-06-09**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Altera as bases gerais da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro, e cria o serviço público de caixa postal eletrónica

**Despacho n.º 11830/2006 (2.ª série). D.R. n.º 107, Série II de 2006-06-02**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças**

Constitui um grupo de trabalho, que integra um representante da UMIC, para preparação do anteprojecto de diploma de criação da Unidade Nacional de Compras e respetivos estatutos, e de articulação desta entidade com as unidades ministeriais de compras

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2006-05-31**

Estratégia para uma sociedade da informação segura – “Diálogo, parcerias e maior poder de intervenção”

*[COM(2006) 251 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decreto-Lei n.º 95/2006. D.R. n.º 103, Série I-A de 2006-05-29**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores

**Decreto-Lei n.º 88/2006. D.R. n.º 99, Série I-A de 2006-05-23**

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Regula os cursos de especialização tecnológica, formações pós-secundárias não superiores que visam conferir qualificação profissional do nível 4, promovendo uma profunda reorganização relativamente a acesso, estrutura de formação, possibilidade de atribuição de diplomas de especialização tecnológica mediante avaliação de competências adquiridas e condições de ingresso no ensino superior para os seus diplomados

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006. D.R. n.º 96, Série I-B de 2006-05-18**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2005, de 15 de abril, que aprovou o Regimento do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional, alterando alguns aspetos do procedimento de elaboração e publicitação de atos normativos do Governo, tendo em vista designadamente a desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação e do conhecimento

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2006. D.R. n.º 96, Série I-B de 2006-05-18**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Programa Legislar Melhor, que consubstancia um conjunto de iniciativas em matéria de qualidade e eficiência dos atos normativos do Governo, designadamente na desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação e do conhecimento

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006. D.R. n.º 87, Série I-B de 2006-05-05**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal

**Decreto Legislativo Regional n.º 10/2006/M. D.R. n.º 76, Série I-A de 2006-04-18**

**Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa**

Cria e regulamenta os serviços eletrónicos do Governo Regional da Madeira

**Decreto-Lei n.º 76-A/2006. D.R. n.º 63, Série I-A de 2006-03-29**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça**

Atualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adota medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais

**Diretiva 2006/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006-03-15**

Relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, e que altera a Diretiva 2002/58/CE

**Comunicação da Comissão de 2003-02-06**

Relativa às análises do mercado nos termos do quadro regulamentar comunitário – Consolidar o mercado interno das comunicações eletrónicas

*[COM (2006) 28 final]*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2006. D.R. n.º 20, Série I-B de 2006-01-27**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Prorroga por mais um ano o mandato da estrutura de missão que tem vindo a desenvolver a estratégia de implementação da vigilância eletrónica

**Portaria n.º 88-A/2006. D.R. n.º 17, Série I-B de 2006-01-24**

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação**

Aprova o novo Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Economia Digital, abreviadamente designado por SIED. Revoga a Portaria n.º 382/2005, de 5 de abril

## 2005

**Lei n.º 60-A/2005. D.R. n.º 250, Série I-A de 2005-12-30**

**Assembleia da República**

Aprova o Orçamento do Estado para 2006 e procede a alterações no regime da fatura eletrónica

**Portaria n.º 1339/2005. D.R. n.º 250, Série II de 2005-12-30**

**Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Declaração eletrónica do IRC

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005. D.R. n.º 240, Série I-B de 2005-12-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Plano Tecnológico

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2005. D.R. n.º 211, Série I-B de 2005-11-03**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a criação da Entidade de Certificação Eletrónica do Estado (ECEE)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/2005. D.R. n.º 196, Série I-B de 2005-10-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Extingue a estrutura de apoio técnico do eixo prioritário "Qualificar para modernizar a Administração Pública", do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2005. D.R. n.º 189, Série I-B de 2005-09-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Adota medidas com vista ao desenvolvimento do passaporte eletrónico português

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2005. D.R. n.º 157, Série I-B de 2005-08-17**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a adoção do sistema de faturação eletrónica pelos serviços e organismos da Administração Pública

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 9/2005/M. D.R. n.º 149, Série I-B de 2005-08-04**

**Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa**

Resolve propor a implementação do exercício do direito de voto por meio eletrónico para os eleitores que por motivos de estudo, formação, realização de estágios de âmbito curricular ou profissional, ou por motivos de saúde, ou participação em competições desportivas de carácter regular se encontram deslocados na sua área de recenseamento no dia do ato eleitoral

**Portaria n.º 590-A/2005. D.R. n.º 134, Série I-B de 2005-07-14**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho, o n.º 1 do artigo 167.º do Código das Sociedades Comerciais e o n.º 2 do artigo 70.º do Código do Registo Comercial, estipulando que os atos relativos às sociedades comerciais e outras pessoas coletivas sujeitos a publicação obrigatória passam a ser publicados em sítio da Internet de acesso público

**Regulamento (CE) n.º 1099/2005 da Comissão de 2005-07-13**

Aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004, de 21 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Decreto-Lei n.º 111/2005. D.R. n.º 130, Série I-A de 2005-07-08**  
**Ministério da Justiça**

Cria a “empresa na hora”, através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Coletivas, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2005-06-01**

“i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego”

*[COM(2005) 229 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Comunicação da Comissão de 2005-05-24**

Sobre a revisão do âmbito do serviço universal de acordo com o artigo 15.º da Diretiva 2002/22/CE *(Relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas)*

*[COM (2005) 203 final]*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2005. D.R. n.º 98, Série I-B de 2005-05-20**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece o regime da Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico

**Decisão 854/2005/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2005-05-11**

Adota um programa comunitário plurianual para a promoção de uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha *[Jornal Oficial L 149 de 2005-06-11]*

**Despacho conjunto n.º 309-A/2005. D.R. n.º 76, Série II de 2005-04-19**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**

Aprova o Regulamento de acesso à medida n.º 5.1, “Qualidade e eficiência nos serviços públicos”, do eixo n.º 5, “Governo eletrónico: Melhor serviço aos cidadãos e às empresas”, do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, publicado em anexo ao presente diploma

**Declaração de Retificação n.º 30/2005. D.R. n.º 75, Série I-B de 2005-04-18**

**Presidência do Conselho de Ministros**

De ter sido retificada a Portaria n.º 311/2005, de 23 de março, do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, que altera a Portaria n.º 1039/2001, de 27 de agosto, que estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social

**Recomendação da Comissão de 2005-04-06**

Relativa às comunicações eletrónicas em banda larga através da rede elétrica  
*(Texto relevante para efeitos do EEE) (2005/292/CE)*

**Portaria n.º 382/2005. D.R. n.º 66, Série I-B de 2005-04-05**

**Ministérios das Atividades Económicas e do Trabalho, das Finanças e da Administração Pública e do Turismo**

Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Economia Digital (SIED)

**Portaria n.º 311/2005. D.R. n.º 58, Série I-B de 2005-03-23**

**Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança**

Altera a Portaria n.º 1039/2001, de 27 de agosto, que estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social

**Decreto-Lei n.º 68/2005. D.R. n.º 52, Série I-A de 2005-03-15**

**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Altera o regime de construção, gestão e acesso a infraestruturas instaladas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações eletrónicas

**Decreto-Lei n.º 66/2005. D.R. n.º 52, Série I-A de 2005-03-15**

**Ministério da Justiça**

Regula a transmissão e receção por telecópia e por via eletrónica de documentos com valor de certidão respeitantes aos arquivos dos serviços dos registos e do notariado ou destinados à instrução dos respetivos atos ou processos ou a arquivo nos mesmos serviços, revogando o Decreto-Lei n.º 461/99, de 5 de novembro

**Decisão 456/2005/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2005-03-09**

Estabelece um programa comunitário plurianual destinado a tornar os conteúdos digitais na Europa mais acessíveis, utilizáveis e exploráveis



**Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI do Conselho de 2005-02-24**  
Relativa a ataques contra sistemas de informação

**Portaria n.º 205/2005. D.R. n.º 36, Série I-B de 2005-02-21**  
**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**  
Aprova os estatutos da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

**Despacho Normativo n.º 13/2005. D.R. n.º 36, Série I-B de 2005-02-21**  
**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública**  
Aprova o regulamento de carreiras da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2005. D.R. n.º 13 Série I-B de 2005-01-19**  
**Presidência do Conselho de Ministros**  
Cria, na dependência do Ministro das Finanças e da Administração Pública, a estrutura de missão designada “Intervenção Operacional da Administração Pública”

**Decreto-Lei n.º 16/2005. D.R. n.º 12, Série I-A de 2005-01-18**  
**Presidência do Conselho de Ministros**  
Cria a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P.. Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2004, de 3 de maio e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de novembro, com exceção do n.º 23 e do anexo

**Despacho n.º 439/2005 (2.ª série). D.R. n.º 5, Série II de 2005-01-07**  
**Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Gabinete do Ministro**  
Cria uma estrutura de projeto de compras eletrónicas, na dependência do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

**Decreto-Lei n.º 7/2005. D.R. n.º 4, Série I-A de 2005-01-06**  
**Presidência do Conselho de Ministros**  
Estabelece o sistema de incentivos do Estado à comunicação social regional e local, estabelecendo, entre outros, incentivos que se destinam a apoiar o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento

**Decreto-Lei n.º 5/2005. D.R. n.º 3, Série I-A de 2005-01-05**  
**Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança**  
Aprova a orgânica do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (*o Instituto de Informática passou a denominar-se Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social (IESS), tendo como objetivo promover a conceção e definição, implementação e avaliação do sistema de informação nas áreas de atribuição do MSSFC*)

**Decreto-Lei n.º 1/2005. D.R. n.º 2, Série I-A de 2005-01-04**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações eletrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, alterando o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

## 2004

**Despacho n.º 27008/2004. D.R. n.º 302, Série II de 2004-12-28**

**Ministério da Justiça – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça**

Publica, em cumprimento do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2004, de 15 de julho, a lista de referências das normas e especificações técnicas aprovadas pela autoridade credenciadora, desenvolvidas no âmbito da Iniciativa Europeia de Normalização da Assinatura Eletrónica

**Decisão 2004/915/CE da Comissão de 2004-12-27**

Altera a Decisão 2001/497/CE no que se refere à introdução de um conjunto alternativo de cláusulas contratuais típicas aplicáveis à transferência de dados pessoais para países terceiros *[Jornal Oficial L 385 de 2004-12-29]*.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2004. D.R. n.º 298, Série I-B de 2004-12-22**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Guia para as Comunicações na Administração Pública, que fixa os princípios por que se devem reger as comunicações na Administração Pública

**Decreto-Lei n.º 231/2004. D.R. n.º 290, Série I-A de 2004-12-13**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece as regras aplicáveis à distribuição das ações informativas e de publicidade do Estado pelas rádios locais e pela imprensa regional em suporte papel ou em suporte eletrónico. Revoga o Decreto-Lei n.º 84/96, de 29 de junho, alterado pela Lei n.º 52/96, de 27 de dezembro e a Portaria n.º 209/96, de 12 de junho

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2004-12-09**

Sobre o futuro das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

*(2005/C 62/01)*

**Despacho conjunto n.º 651/2004. D.R. n.º 263, Série II de 2004-11-09**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça**

Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação

**Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-10-27**

Relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor ("regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor")

*(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Portaria n.º 1354/2004. D.R. n.º 251, Série I-B de 2004-10-25**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria a linha de financiamento Inclusão Digital – Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

**Portaria n.º 1350/2004. D.R. n.º 250, Série I-B de 2004-10-23**

**Ministério da Justiça**

Fixa os termos a que obedece o registo das entidades certificadoras que emitem certificados qualificados

**Resolução da Assembleia da República n.º 66/2004. D.R. n.º 243, Série I-A de 2004-10-15**

**Assembleia da República**

Recomenda ao Governo a tomada de medidas com vista ao desenvolvimento do software livre em Portugal

**Recomendação Rec (2004)11 do Comité de Ministros do Conselho da Europa de 2004-09-30**

Recomenda aos governos dos estados membros princípios e procedimentos a adotar relativamente à adoção de votação eletrónica

**Decisão 2004/641/CE da Comissão de 2004-09-14**

Altera a Decisão 2002/627/CE que institui o grupo de reguladores europeus para as redes e serviços de comunicações eletrónicas *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Lei n.º 50/2004. D.R. n.º 199, Série I-A de 2004-08-24**

**Assembleia da República**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação

**Lei n.º 43/2004. D.R. n.º 194, Série I-A de 2004-08-18**

**Assembleia da República**

Lei de organização e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados

**Lei n.º 41/2004. D.R. n.º 194, Série I-A de 2004-08-18**

**Assembleia da República**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas

**Despacho n.º 16445/2004. D.R. n.º 190, Série II de 2004-08-13**

**Ministério da Justiça – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça**

Assinatura digital

**Aviso n.º 8134/2004. D.R. n.º 190, Série II de 2004-08-13**

**Ministério da Justiça – Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça**

Publica, em cumprimento do n.º 2 do artigo 2º do Decreto Regulamentar n.º 25/2004, de 15 de julho, a lista de referências das normas geralmente reconhecidas para produtos de assinatura eletrónica, adotadas pela Decisão da Comissão de 14 de julho de 2003, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 3º da Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 1999, e publicada no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 175/45, de 15 de julho de 2003

**Decreto Regulamentar n.º 25/2004. D.R. n.º 165, Série I-B de 2004-07-15**

**Ministério da Justiça**

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril. O presente diploma visa aprovar as regras técnicas e de segurança exigíveis às entidades certificadoras que emitem certificados qualificados, regulamentando ainda alguns aspetos específicos relacionados com a credenciação das entidades certificadoras

**Decreto-Lei n.º 165/2004. D.R. n.º 157, Série I-A de 2004-07-06**

**Ministério da Justiça**

Altera o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril

**Portaria n.º 642/2004. D.R. n.º 140, Série I-B de 2004-06-16**

**Ministério da Justiça**

Regula a forma de apresentação a juízo dos atos processuais enviados através de correio eletrónico, assim como as notificações efetuadas pela secretaria aos mandatários das partes. Revoga a Portaria n.º 337-A/2004, de 31 de março

**Decreto-Lei n.º 98/2004. D.R. n.º 103, Série I-A de 2004-05-03**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece a transição para a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) das atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão e Serviço Público Direto

**Regulamento (CE) n.º 874/2004 da Comissão de 2004-04-28**

Estabelece as regras de política de interesse público relativas à implementação e às funções do domínio de *topo.eu*, e os princípios que regem o registo (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Regulamento (CE) n.º 808/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-04-21**

Relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Portaria n.º 337-A/2004. D.R. n.º 77, Série I-B de 2004-03-31**

**Ministério da Justiça**

Estabelece a forma de entrega de peças processuais e notificações por correio eletrónico (*artigos 150.º e 254.º, n.º 2, do Código de Processo Civil*)

**Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-03-31**

Relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços

**Lei n.º 10/2004. D.R. n.º 69, Série I-A de 2004-03-22**

**Assembleia da República**

Cria o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública

**Regulamento (CE) n.º 460/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2004-03-10**

Cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (*Texto relevante para efeitos do EEE*)

**Lei n.º 5/2004. D.R. n.º 34, Série I-A de 2004-02-10**

**Assembleia da República**

Lei das Comunicações Eletrónicas

**Comunicação de 2004-02-03 da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões**

Ligações de elevado débito na Europa: evolução recente no setor das comunicações eletrónicas

[COM(2004) 61 final]

**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2004-01-22**

Sobre as comunicações comerciais não solicitadas, ou "spam" (*Texto relevante para efeitos do EEE*)  
[COM(2004) 28 final]

**Decreto-Lei n.º 7/2004. D.R. n.º 5, Série I-A de 2004-01-07**  
**Ministério da Justiça**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

## 2003

**Portaria n.º 1417/2003. D.R. n.º 300, Série I-B de 2003-12-30**  
**Ministério da Justiça**

Regula o funcionamento do sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais (SITAF), estabelecendo aspetos específicos da apresentação de peças processuais e documentos por via eletrónica, bem como a tramitação e acesso informático dos processos entrados nos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal a partir de 1 de janeiro de 2004

**Decreto-Lei n.º 324/2003. D.R. n.º 298, Série I-A de 2003-12-27**  
**Ministério da Justiça**

Altera o Código das Custas Judiciais, (*Artigo 1.º - Altera, entre outros, o artigo 15.º que estabelece redução especial da taxa de justiça pela prática de atos processuais utilizando transmissão eletrónica de dados*) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro, o Código de Processo Civil, (*Artigo 5.º - Altera, entre outros, os art.ºs 150.º, 152.º e 254.º do Código de Processo Civil, relativos ao regime de utilização de meio de transmissão eletrónica de dados, no envio e suporte das peças processuais, e na notificação às partes pela secretaria*) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44129, de 28 de dezembro de 1961, o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, bem como o Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 200/2003, de 10 de setembro

**Resolução n.º 86/2003. D.R. n.º 296, Série II de 2003-12-24**  
**Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros**

Nomeia um novo coordenador da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de novembro

**Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu de 2003-11-21**

Primeiro relatório sobre a aplicação da Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno *(Diretiva relativa ao comércio eletrónico)*  
*COM(2003) 702 final*

**Decisão do Conselho da Europa de 2003-11-17**

Relativa à celebração, em nome da Comunidade Europeia, da Convenção n.º 180 do Conselho da Europa sobre informação e cooperação jurídica em matéria de serviços da sociedade da informação  
*2003/840/CE*

**Diretiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2003-11-17**

Relativa à reutilização de informações do setor público

**Comunicação da Comissão de 2003-11-11**

Iniciativa Europeia para o crescimento – Investir em redes e no conhecimento com vista ao crescimento e ao emprego – Relatório final ao Conselho Europeu  
*[COM(2003) 690 final - Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decreto Legislativo Regional n.º 42/2003/A. D.R. n.º 259, Série I-A de 2003-11-08**

**Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa Regional**

Determina que os serviços e organismos da administração pública regional devem elaborar os respetivos modelos dos formulários em suporte digital

**Decreto-Lei n.º 282/2003. D.R. n.º 259, Série I-A de 2003-11-08**

**Ministério da Segurança Social e do Trabalho**

Autoriza o Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a registar apostas e pagar prémios de lotarias e apostas mútuas nos canais de distribuição eletrónica (Internet, multibanco, telemóvel, telefone, televisão, etc.), através de uma plataforma de acesso multicanal

**Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias de 2003-11-03**

Relativa à avaliação do plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos, principalmente no domínio da proteção das crianças e dos menores  
*[COM(2003) 653 final - Não publicado no Jornal Oficial]*

**Decreto-Lei n.º 256/2003. D.R. n.º 244, Série I-A de 2003-10-21**

**Ministério das Finanças**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2001/115/CE do Conselho, de 20 de dezembro. Adota, em matéria de IVA, vários aspetos relacionados com a obrigação de faturação, destacando-se as regras relativas à transmissão

e conservação de faturas por meios eletrónicos. Revoga o Decreto-Lei n.º 375/99, de 18 de setembro, o Decreto Regulamentar n.º 16/2000, de 2 de outubro e a Portaria n.º 52/2002, de 12 de janeiro

**Decreto-Lei n.º 255/2003. D.R. n.º 244, Série I-A de 2003-10-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Adota um regime especial para a realização de despesas, no âmbito do Programa Nacional de Compras Eletrónicas, do projeto do portal do cidadão e dos projetos associados à racionalização de custos de comunicação da Administração Pública

**Despacho n.º 19810/2003 (2.ª série). D.R. n.º 241, Série II de 2003-10-17**

**Ministério das Finanças – Gabinete da Ministra**

Transferência do projeto “Criação de um sistema de gestão processual (*workflow*) de suporte ao funcionamento da Secretaria-Geral, gabinetes governamentais e outras entidades do Ministério e sua integração nas Intranet da Secretaria-Geral e do Ministério das Finanças” da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças para o Instituto de Informática do mesmo Ministério

**Despacho Normativo n.º 42/2003. D.R. n.º 234, Série I-B de 2003-10-09**

**Ministério das Finanças**

Estabelece o regime de envio, por transmissão eletrónica de dados, de declarações de trânsito comunitário/comum a apresentar à Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2003. D.R. n.º 199, Série I-B de 2003-08-29**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para efeitos de desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2003. D.R. n.º 198, Série I-B de 2003-08-28**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001, de 8 de janeiro, que cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista ao acompanhamento e à avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pelos operadores UMTS

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Programa Nacional de Compras Eletrónicas



**Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a Iniciativa Nacional para a Banda Larga

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Plano de Ação para o Governo Eletrónico

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2003. D.R. n.º 185, Série I-B de 2003-08-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Plano de Ação para a Sociedade da Informação, principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal

**Despacho n.º 15509/2003. D.R. n.º 182, Série II de 2003-08-08**

**Ministério da Ciência e do Ensino Superior – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Ciência e do Ensino Superior**

Cria a Estrutura Operacional do Ministério da Ciência e do Ensino Superior para a Sociedade de Informação e Governo Eletrónico

**Resolução da Assembleia da República n.º 68/2003. D.R. n.º 181, Série I-A de 2003-08-07**

**Assembleia da República**

Define o novo regime de publicação exclusivamente eletrónica do Diário da Assembleia da República e novas regras para o uso de novas tecnologias de informação e comunicação no trabalho parlamentar

**Declaração de Retificação n.º 10-B/2003. D.R. n.º 175, Série I-A de 2003-07-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 130/2003, de 28 de junho, do Ministério das Finanças (*transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/38/CE do Conselho, de 7 de maio, introduzindo alterações ao Código do IVA e aprovando o regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via eletrónica a não sujeitos passivos nela residentes*)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2003. D.R. n.º 174, Série I-B de 2003-07-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova as linhas de orientação da reforma da Administração Pública

**Recomendação da Comissão de 2003-07-25**

Relativa ao tratamento das informações de localização da pessoa que efetua a chamada nas redes de comunicações eletrónicas tendo em vista os serviços de chamadas de emergência com capacidade de localização *[notificada com o número C(2003) 2657] (Texto relevante para efeitos do EEE) (2003/558/CE)*

**Recomendação da Comissão de 2003-07-23**

Referente às notificações, prazos e consultas previstos no artigo 7.º da Diretiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas

*[notificada com o número C(2003) 2647] (Texto relevante para efeitos do EEE) (2003/561/CE)*

**Decreto-Lei n.º 130/2003. D.R. n.º 147, Série I-A de 2003-06-28**

**Ministério das Finanças**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/38/CE do Conselho, de 7 de maio, introduzindo alterações ao Código do IVA e aprovando o regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via eletrónica a não sujeitos passivos nela residentes

**Decisão 1151/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2003-06-16**

Altera a Decisão 276/1999/CE, de 25 de janeiro, que adota um plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da internet através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos nas redes mundiais

**Declaration on freedom of communication on the Internet de 2003-05-28**

Declara o acordo dos estados membros sobre princípios relativos a comunicação pela Internet

*(Adopted by the Committee of Ministers on 28 May 2003 at the 840th meeting of the Ministers' Deputies)*

**Decisão 2003/375/CE da Comissão das Comunidades Europeias de 2003-05-21**

Sobre a designação do Registo do domínio de *topo.eu* *(Texto relevante para efeitos do EEE) [notificada com o número C(2003) 1624]*

**Relatório da Comissão de 2003-05-15**

"Primeiro relatório sobre a implementação da diretiva relativa à proteção de dados (95/46/CE)" *[COM(2003) 265 final - Não publicado no Jornal Oficial]*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Banco Central Europeu de 2003-05-14**

Aplicação aos serviços financeiros dos n.ºs 4 a 6 do artigo 3.º da Diretiva relativa ao comércio eletrónico

*[COM(2003) 259. Não publicada no Jornal Oficial].*

**Lei n.º 7/2003. D.R. n.º 107, Série I-A de 2003-05-09**

**Assembleia da República**

Autoriza o Governo a legislar sobre certos aspetos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho

**Decreto-Lei n.º 78/2003. D.R. n.º 95, Série I-A de 2003-04-23**

**Ministério das Finanças**

Cria a bolsa de emprego público

**Decreto-Lei n.º 62/2003. D.R. n.º 79, Série I-A de 2003-04-03**

**Ministério da Justiça**

Transpõe a Diretiva 1999/93/CE, de 13 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas. Altera o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital. Republica, em anexo, o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas

**Recomendação 2003/203/CE da Comissão de 2003-03-20**

Relativa à harmonização da oferta de acesso público via RLAN às redes e serviços públicos de comunicações eletrónicas na Comunidade

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2003. D.R. n.º 60, Série I-B de 2003-03-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a adoção de várias medidas concretas visando a generalização da prática da aquisição de bens e serviços por via eletrónica na Administração Pública e no tecido empresarial e incumbe a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento de proceder à respetiva implementação e acompanhamento, em estreita articulação com outras entidades

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2003-02-18**

Relativa a uma abordagem europeia para uma cultura em matéria de segurança das redes e da informação

*(2003/C 48/01)*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões de 2003-02-11**

Relatório final sobre o *eEurope 2002*

*[COM (2003) 66 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 2003-02-11**

Comunicações Eletrónicas: A Via para a Economia do Conhecimento  
*[COM(2003) 65 final - Não publicada no Jornal Oficial].*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2003-02-06**

Relativa à "eAcessibilidade" – Melhorar o acesso das pessoas com deficiência à sociedade do conhecimento

**Additional Protocol to the Convention on Cybercrime Concerning the Criminalisation of Acts of a Racist and Xenophobic Nature Committed Through Computer Systems, Council of Europe, Strasbourg, 2003-01-28**

Acorda em complementar a convenção em aspetos relativos à criminalização de atos de natureza racista ou xenófoba realizados através de sistemas de computadores (*Série des traités européens n° 189*)

**Decreto-Lei n.º 8/2003. D.R. n.º 15, Série I-A de 2003-01-18**

**Ministério das Finanças**

Institui a obrigatoriedade de os serviços e entidades com pessoal inscrito na Caixa Geral de Aposentações procederem ao envio das relações de descontos de quotas em suporte digital ou através de correio eletrónico

## 2002

**Decreto-Lei n.º 320-B/2002. D.R. n.º 301, Série I-A de 2002-12-30**

**Ministério da Justiça**

Altera a redação do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 183/2000, de 10 de agosto (*Altera o Código de Processo Civil, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 375-A/99, de 20 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 383/99, de 23 de setembro*)

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-12-19**

Relativa aos conteúdos dos media interativos na Europa  
*(2003/C 13/04)*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-12-03**

"eACESSIBILIDADE para pessoas com deficiência"

**Resolução n.º 77/2002. D.R. n.º 269, Série II de 2002-11-21**

**Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros**

Nomeia o gestor e os dois coordenadores da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de novembro

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002. D.R. n.º 268, Série I-B de 2002-11-20**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Define o novo enquadramento institucional da atividade do Governo em matéria de sociedade da informação, da inovação e do governo eletrónico

**Decisão 2046/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-10-21**

Altera a Decisão 1719/1999/CE, de 12 de julho, relativa a uma série de orientações, incluindo a identificação de projetos de interesse comum, respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA)

**Decisão 2045/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-10-21**

Altera a Decisão 1720/1999/CE, de 12 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho que adota uma série de ações e medidas destinadas a garantir a interoperabilidade das redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA) e o acesso a essas redes

**Diretiva 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2002-09-23**

Relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores

**Diretiva 2002/77/CE da Comissão de 2002-09-16**

Relativa à concorrência nos mercados de redes e serviços de comunicações eletrónicas *(Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Decisão 2002/627/CE da Comissão de 2002-07-29**

Institui o grupo de reguladores europeus para as redes e serviços de comunicações eletrónicas *(Alterada pelas Decisões da Comissão 2004/641/CE, de 14 de setembro e 2007/804/CE, de 6 de dezembro e revogada pela Decisão da Comissão 2010/299/EU, de 21 de maio)*

**Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-07-12**

Relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas *(Alterada pela Diretiva 2006/24/CE, de 15 de março)*

**Orientações da Comissão de 2002-07-11**

Relativas à análise e avaliação de poder de mercado significativo no âmbito do quadro regulamentar comunitário para as redes e serviços de comunicações eletrónicas

*(2002/C 165/03) (Texto relevante para efeitos do EEE)*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-06-25**

Preservar a memória do futuro – preservar os conteúdos digitais para as gerações futuras

*2002/C 162/02)*

**Portaria n.º 698/2002. D.R. n.º 144, Série I-B de 2002-06-25**

**Ministério das Finanças**

Aprova os modelos de impressos de declarações para entrega por transmissão eletrónica

**Diretiva 2002/77/CE da Comissão de 2002-06-16**

Relativa à concorrência nos mercados de redes e serviços de comunicações eletrónicas

**Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões de 2002-05-28**

*eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos – Plano de Ação a apresentar com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de junho de 2002*

*[COM(2002) 263 final. Não publicada no Jornal Oficial].*

**Decreto-Lei n.º 128/2002. D.R. n.º 109, Série I-A de 2002-05-11**

**Ministério da Defesa Nacional**

Altera o Decreto-Lei n.º 153/91 de 23 de abril, que aprova a reorganização do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) e das comissões sectoriais de planeamento civil de emergência, de âmbito ministerial, em particular criando uma comissão para o ciber-espço

**Diretiva 2002/38/CE do Conselho de 2002-05-07**

Altera, a título tanto definitivo como temporário, a Diretiva 77/388/CEE, de 17 de maio, no que se refere ao regime do imposto sobre o valor acrescentado aplicável aos serviços de radiodifusão e televisão e a determinados serviços prestados por via eletrónica

**Regulamento n.º 733/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-04-22**

Relativo à implementação do domínio de *topo .eu*

**Proposta de Decisão-Quadro do Conselho de 2002-04-19**

Relativa a ataques contra os sistemas de informação

*COM(2002)173 final*

*2002/0086 (CNS)*

**Parecer do Comité Económico e Social de 2002-04-18**

Sobre *eEurope 2002*: acessibilidade dos sítios *Web* públicos e do respetivo conteúdo

*(2002/C 94/04)*

**Decreto-Lei n.º 104/2002. D.R. n.º 86, Série I-A de 2002-04-12**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Aprova o regime de aquisição de bens por via eletrónica por parte dos organismos públicos

**Portaria n.º 352/2002. D.R. n.º 78, Série I-B de 2002-04-03**

**Ministério das Finanças**

Regulamenta a divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-03-25**

Relativa ao Plano de Ação de 2002 *eEurope* sobre a acessibilidade dos sítios *Web* e do seu conteúdo

**Decreto-Lei n.º 67/2002. D.R. n.º 67, Série I-A de 2002-03-20**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Atribui competência para a constituição de um sítio na Internet de publicitação de oferta de emprego na área científica e tecnológica, determinando o tipo de informação que nele deve constar

**Diretiva 2002/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07**

Relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas

**Diretiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07**

Relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas (*diretiva-quadro*) (*Alterada pelos Regulamentos (CE) n.º 717/2007, de 27 de junho e n.º 544/2009, de 18 de junho*)

**Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07**

Relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (*diretiva autorização*)

**Diretiva 2002/19/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2002-03-07**

Relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos (*diretiva acesso*)

**Decreto-Lei n.º 51/2002. D.R. n.º 52, Série I-A de 2002-03-02**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Atribui relevância jurídica à disponibilização e submissão por via eletrónica dos modelos dos formulários dos organismos e serviços públicos integrados na Administração Pública

**Decreto-Lei n.º 42/2002. D.R. n.º 52, Série I-A de 2002-03-02**

**Ministério das Finanças**

Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, que altera a Diretiva 2000/12/CE, do Conselho, de 20 de março, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício, e a Diretiva 2000/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e ao seu exercício, bem como à sua supervisão prudencial, estabelecendo o regime jurídico das instituições de moeda eletrónica

**Portaria n.º 157/2002. D.R. n.º 44, Série I-B de 2002-02-21**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Aprova o suporte de informação para a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social, mod. RV1011-DGSSS

**Parecer do Comité Económico e Social de 2002-02-21**

Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité económico e Social e Comité das Regiões – Segurança das redes e da informação: proposta de abordagem de uma política Europeia  
*(2002/C 48/07)*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 2002-02-05**

Relatório de avaliação do desempenho da iniciativa *eEurope – eEurope 2002*  
*[COM (2002) 62 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2002. D.R. n.º 26, Série I-B de 2002-01-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a referenciação dos sítios da Internet do Estado e a publicação de publicidade do Estado em sítios da Internet operados por terceiros

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2002. D.R. n.º 26, Série I-B de 2002-01-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a adoção na Administração Pública de planos de gestão da aquisição, uso e atualização de programas de computador e aprova medidas relativas à utilização dos mesmos

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-01-28**

Sobre uma abordagem comum e ações específicas no domínio da segurança das redes e da informação

*(2002/C 43/02)*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2002-01-21**

Sobre a cultura e a Sociedade do Conhecimento

*(2002/C 32/01)*



**Decreto-Lei n.º 8-B/2002. D.R. n.º 12, Série I-A de 2002-01-15**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social

**Portaria n.º 52/2002. D.R. n.º 10, Série I-B de 2002-01-12**

**Ministério das Finanças**

Aprova o modelo de impresso para pedido de autorização para utilização de um sistema de faturação eletrónica

## 2001

**Portaria n.º 1467/2001. D.R. n.º 300, Série I-B de 2001-12-29**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Aprova o modelo de declaração de remunerações

**Decisão da Comissão Europeia de 2001-12-27**

Relativa a cláusulas contratuais-tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para subcontratantes estabelecidos em países terceiros, nos termos da Diretiva 95/46/CE

**Diretiva 2001/115/CE do Conselho de 2001-12-20**

Altera a Diretiva 77/388/CEE, de 17 de maio, tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à faturação em matéria de imposto sobre o valor acrescentado

**Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa 2001-11-23**

Acorda medidas relativas ao cibercrime a serem tomadas a nível nacional e aspetos de cooperação internacional.

**Despacho n.º 23632/2001. D.R. n.º 270, Série II de 2001-11-21**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro-Ministro**

Nomeia a presidente da comissão interministerial do Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV)

**Decreto-Lei n.º 287/2001. D.R. n.º 259, Série I-A de 2001-11-08**

**Ministério do Equipamento Social**

Estabelece o regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respetiva proteção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados

**Additional Protocol to the Convention for the Protection of Individuals with Regard to Automatic processing of Personal Data, Regarding Supervisory Authorities and Transborder Data Flows de 2001-11-08**

Acorda na criação em cada estado subscritor de uma entidade independente para supervisionar o cumprimento das medidas previstas na convenção e em aspetos de fluxos de dados pessoais através de fronteiras para um recetor que não está sujeito à jurisdição da convenção

**Portaria n.º 1214/2001. D.R. n.º 246, Série I-B de 2001-10-23**

**Ministério das Finanças**

Estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração periódica de rendimentos e das declarações anuais de informação contabilística e fiscal aos sujeitos passivos de IRC e IRS

**Despacho conjunto n.º 925/2001. D.R. n.º 236, Série II de 2001-10-11**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Ciência e da Tecnologia**

É aprovado o regulamento da medida 1.1 "Competências básicas" do Programa Operacional Sociedade da Informação

**Resolução do Conselho de 2001-10-08**

Sobre a "e-Inclusão" — Explorando as potencialidades da Sociedade da Informação para a inclusão social

*(2001/C 292/02)*

**Convenção do Conselho da Europa de 2001-10-04**

Sobre a informação e a cooperação jurídica relativas aos serviços da sociedade da informação

**Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social das regiões de 2001-09-25**

*eEuropa 2002*: acessibilidade dos sítios Web públicos e do respetivo conteúdo

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2001. D.R. n.º 201, Série I-B de 2001-08-30**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina as medidas de criação do portal do Governo e define os respetivos objetivos e regras de manutenção e atualização

**Portaria n.º 1039/2001. D.R. n.º 198, Série I-B de 2001-08-27**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Estabelece normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social. Revoga o Despacho n.º 3172/99, de 20 de janeiro, publicado no D.R., II Série, n.º 39, de 16 de fevereiro

**Portaria n.º 1013/2001. D.R. n.º 193, Série I-B de 2001-08-21**  
**Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade e da Ciência e da Tecnologia**

Estabelece os critérios de credenciação das entidades que conferem o diploma de competências básicas em tecnologias da informação, o modelo e o sistema de emissão do mesmo e demais requisitos e formalidades relativos à sua obtenção

**Portaria n.º 1010/2001. D.R. n.º 191, Série I-B de 2001-08-18**  
**Ministério da Juventude e do Desporto**

Cria o programa "Geração *millennium*". Tem como objetivo possibilitar a jovens com idades entre os 10 e os 18 anos a aquisição de competências básicas em tecnologias da informação e da comunicação

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2001. D.R. n.º 185, Série I-B de 2001-08-10**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece o regime da celebração de protocolos de modernização administrativa

**Despacho conjunto n.º 729/2001. D.R. n.º 184, Série II de 2001-08-09**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública**

Determina a criação, na Presidência do Conselho de Ministros, do Gabinete do PROINOV – Programa Integrado de Apoio à Inovação, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2001, de 24 de maio, com o objetivo de fornecer o apoio técnico à coordenação interministerial, prevista nos n.ºs 4, 5 e 7 daquela resolução, e executar as iniciativas de carácter transversal que o Programa requer

**Despacho conjunto n.º 703/2001. D.R. n.º 176, Série II de 2001-07-31**

**Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Ciência e da Tecnologia**

Aprova o regulamento para atribuição de financiamentos no âmbito na medida n.º 2.4, "Ações integradas de formação", do eixo prioritário n.º 2, "Portugal digital", do Programa Operacional Sociedade de Informação

**Despacho n.º 14715/2001. D.R. n.º 161, Série II de 2001-07-13**  
**Ministério da Ciência e da Tecnologia – Gabinete do Ministro**

Aprova o Regulamento do Fundo de Apoio à Dinamização da Sociedade da Informação em Portugal do Programa Operacional Sociedade de Informação

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2001. D.R. n.º 154, Série I-B de 2001-07-05**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria o cartão comum do cidadão

**Recomendação do Conselho de 2001-06-25**

Relativa a um serviço de 24 horas por dia de combate ao crime de alta tecnologia

*(2001/C 187/02)*

**Retificação à Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001-06-22**

Relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação

**Decisão da Comissão 2001/497/CE de 2001-06-15**

Relativa às cláusulas contratuais-tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para países terceiros, nos termos da Diretiva 95/46/CE *(Texto relevante para efeitos do EEE)* [notificada com o número C(2001) 1539]

**Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001-05-30**

Relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2001. D.R. n.º 120, Série I-B de 2001-05-24**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o desenvolvimento de uma política integrada de apoio à inovação no quadro das políticas europeias e nacionais sobre competitividade, inovação e coesão

**Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001-05-22**

Harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação

**Decreto-Lei n.º 153/2001. D.R. n.º 105, Série I-A de 2001-05-07**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Estabelece regras em matéria de alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da administração central no quadro dos respetivos processos de reequipamento e atualização de material informático

**Decreto-Lei n.º 143/2001. D.R. n.º 97, Série I-A de 2001-04-26**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 97/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio, relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos celebrados a distância, regula os contratos ao

domicílio e equiparados, as vendas automáticas e as vendas especiais esporádicas e estabelece modalidades proibidas de vendas de bens ou de prestação de serviços

**Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-25**

Os efeitos do comércio eletrónico sobre o mercado único (OMU)  
(2001/C 123/01)

**Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-25**

Sobre a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas  
(2001/C 123/11)

**Decreto-Lei n.º 140/2001. D.R. n.º 96, Série I-A de 2001-04-24**  
**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Cria o diploma de competências básicas em tecnologias da informação

**Parecer do Comité Económico e Social de 2001-04-20**

Proposta de decisão do conselho que adota um programa comunitário plurianual para estimular a utilização de conteúdos digitais Europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na sociedade da informação  
(2001/C 116/06)

**Decreto-Lei n.º 106/2001. D.R. n.º 82, Série I-A de 2001-04-06**  
**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social

**Comunicação da Comissão de 2001-03-13** ao Conselho Europeu da primavera, em Estocolmo, de 23 a 24 de março de 2001  
*eEurope 2002: Impacto e prioridades*  
[COM(2001) 140 final. Não publicada no Jornal Oficial]

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2001. D.R. n.º 52, Série II de 2001-03-02**

**Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros**

Determina a publicitação, em anexo, do relatório de peritos elaborado em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros relativa à aquisição de bens e serviços por via eletrónica pela Administração Pública (Resolução n.º 143/2000, de 27 de setembro)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2001. D.R. 51, Série I-B de 2001-03-01**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Confere mandatos para a propositura de medidas que estimulem o apoio à aquisição de computadores e outro material informático pelos funcionários públicos e trabalhadores, bem como à disponibilização aos mesmos desse equipamento pelas suas entidades patronais

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2001. D.R. n.º 51, Série I-B de 2001-03-01**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a constituição de um sítio na Internet onde sejam publicitados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de um sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico, conferindo mandatos a membros do Governo para a respetiva implementação

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001. D.R. n.º 49, Série I-B de 2001-02-27**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Revê a avaliação dos sites na Internet de organismos integrados na administração direta e indireta do Estado

**Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu de 2001-02-07**

Comércio Electrónico e Serviços Financeiros

*COM(2001) 66 final*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 2001-01-26**

Criar uma Sociedade da Informação mais segura reforçando a segurança das infraestruturas de informação e lutando contra a cibercriminalidade

*[COM (2000)890 final. Não publicada no Jornal Oficial]*

**Decreto-Lei n.º 12/2001. D.R. n.º 21, Série I-A de 2001-01-25**

**Ministério da Justiça**

Permite o pedido de certificados de admissibilidade de firma ou denominação e de certidões de atos de registos por via eletrónica

**Regulamento (CE) n.º45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2001-01-12**

Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2001. D.R. n.º 6, Série I-B de 2001-01-08**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2001. D.R. n.º 5, Série I-B de 2001-01-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, uma estrutura de missão com o objetivo de desenvolver as estratégias de implementação do sistema da monitorização eletrónica de arguidos sujeitos à medida de coação prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal

**Portaria n.º 8-A/2001. D.R. n.º 2, Série I-B de 2001-01-03**

**Ministério da Justiça**

Altera a Portaria n.º 1178-E/2000, de 15 de dezembro (*determina que as peças processuais a apresentar em suporte digital devam sê-lo em disquete de 3,5" ou em CD-ROM*)

## 2000

**Decisão 2001/48/CE do Conselho de 2000-12-22**

Adota um programa comunitário plurianual para estimular o desenvolvimento e a utilização de conteúdos digitais europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na sociedade da informação

**Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-12-18**

Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados

**Portaria n.º 1178-E/2000. D.R. n.º 288, Série I-B de 2000-12-15**

**Ministério da Justiça**

Determina que as peças processuais a apresentar em suporte digital devam sê-lo em *disquette* de 3,5" ou em *CD-ROM*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2000. D.R. n.º 265 Série I-B de 2000-11-16**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria, no âmbito do INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, o Serviço Público Direto

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2000. D.R. n.º 264, Série I-B de 2000-11-15**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Assegura, através do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, o desenvolvimento progressivo de uma rede de postos de atendimento ao cidadão, garantindo um atendimento personalizado com recurso às novas tecnologias, mediante o acesso remoto a serviços públicos disponibilizados através da rede privativa de comunicações das Lojas do Cidadão

**Decisão da Comissão n.º 2000/709/CE de 2000-11-06**

Sobre os critérios mínimos a ter em conta pelos Estados-Membros ao designarem as entidades previstas no n.º 4 do artigo 3.º da Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro comunitário para as assinaturas eletrónicas *[notificada com o n.º C(2000) 3179]*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 2000-10-03**

Relativa à organização e à gestão da Internet  
*(2000/C 293/02)*

**Decreto Regulamentar n.º 16/2000. D.R. n.º 228, Série I-B de 2000-10-02**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 375/99, de 18 de setembro, que estabelece a equiparação entre fatura emitida em suporte de papel e a fatura eletrónica

**Resolução n.º 143/2000. D.R. n.º 224, Série II de 2000-09-27**

**Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros**

Aquisição de bens por via eletrónica pela Administração Pública

**Decreto-Lei n.º 234/2000. D.R. n.º 222, Série I-A de 2000-09-25**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Cria o Conselho Técnico de Credenciação como estrutura de apoio ao Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça no exercício das funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais

**Diretiva 2000/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-09-18**

Relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e ao seu exercício, bem como à sua supervisão prudencial

**Portaria n.º 1370/2000. D.R. n.º 211, Série II de 2000-09-12**

**Ministério das Finanças**

Define as características do contrato de seguro obrigatório de responsabilidade civil a que se refere a alínea *d)* do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital



**Proposta alterada de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-08-29**

Relativa a certos aspetos jurídicos do comércio eletrónico no mercado interno

*COM(1999) 427 final . 98/0325(COD)*

*(2000/C 248 E/04)*

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2000. D.R. n.º 193, Série I-B de 2000-08-22**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a Iniciativa Internet e adota o respetivo plano de ação

**Resolução n.º 114/2000. D.R. n.º 190, Série II de 2000-08-18**

**Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros**

Estabelece o enquadramento institucional da atividade do Governo em matéria de sociedade da informação. Cria a Comissão Intersectorial para a Sociedade da Informação

**Decreto-Lei n.º 183/2000. D.R. n.º 184, Série I-A de 2000-08-10**

**Ministério da Justiça**

Altera o Código de Processo Civil, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 375-A/99, de 20 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 383/99, de 23 de setembro (*Art.º 1.º – Altera, entre outros, o art.º 143.º do Código de Processo Civil, prevendo a prática de atos processuais através de telecópia ou correio eletrónico, mesmo fora do horário de funcionamento dos tribunais*)

**Decisão da Comissão Europeia C(2000)1786 de 2000-07-28**

Aprova o Programa Operacional Sociedade da Informação, integrado no Quadro Comunitário de Apoio III

**Decreto-Lei n.º 146/2000. D.R. n.º 164, Série I-A de 2000-07-18**

**Ministério da Justiça**

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça [*Art.º 18.º, n.º 3, alínea i) - Comete ao Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça a atribuição de exercício de funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras*]

**Decreto-Lei n.º 122/2000. D.R. n.º 152, Série I-A de 2000-07-04**

**Ministério da Cultura**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 96/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, relativa à proteção jurídica das bases de dados

**Despacho Normativo n.º 28/2000. D.R. n.º 150, Série I-B de 2000-07-01**

**Ministério das Finanças**

Determina que o cumprimento de comunicação à respetiva entidade de coordenação sectorial dos dados relativos às locações e aquisições onerosas ou

gratuitas de bens e serviços de informática seja concretizado através do fornecimento dos dados previstos num novo modelo

**Plano de Ação de 2000-06-14** preparado pelo Conselho e pela Comissão Europeia para o Conselho Europeu da Feira 19-20 de junho de 2000  
*eEurope 2002 - Uma Sociedade da Informação para Todos*

**Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 2000-06-08**

Relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno (*Diretiva sobre o comércio eletrónico*)

**Declaração de Retificação n.º 6-C/2000. D.R. n.º 126, Série I-A de 2000-05-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 58/2000, de 18 de abril, do Ministério da Economia, que transpõe para o direito interno a Diretiva 98/48/CE, de 20 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e as regras relativas aos serviços da sociedade da informação

**Decisão 2000/375/JAI do Conselho Europeu de 2000-05-29**

Sobre o combate à pornografia infantil na Internet

**Recomendação 2000/417/CE da Comissão de 2000-05-25**

Sobre a oferta separada de acesso à linha de assinante: permitir o fornecimento concorrencial de uma ampla gama de serviços de comunicações eletrónicas, incluindo serviços multimédia de banda larga e Internet de elevado débito

**Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias de 2000-05-25**

*eLearning* – Pensar o futuro da educação

*COM(2000) 318 final*

**Despacho n.º 8400/2000. D.R. n.º 92, Série II de 2000-04-18**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia – Gabinete do Ministro**

Cria junto do Gabinete do Ministro da Ciência e da Tecnologia uma unidade de apoio à Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação — ACNESI

**Decreto-Lei n.º 58/2000. D.R. n.º 92, Série I-A de 2000-04-18**

**Ministério da Economia**

Transpõe para o direito interno a Diretiva 98/48/CE, de 20 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e às regras relativas aos serviços da sociedade da informação

**Posição Comum (CE) n.º 22/2000 de 2000-02-28**

Adotada pelo Conselho deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, tendo em vista a adoção de uma Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos legais dos serviços da Sociedade da Informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

## 1999

**Resolução do Conselho e dos representantes dos governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho de 1999-12-17**

Relativa à dimensão social e do mercado de trabalho da sociedade da informação  
(2000/C 8/01)

**Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-12-13**

Relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas

**Comunicação de 1999-12-08**

Respeitante a uma iniciativa da Comissão para o Conselho Europeu extraordinário de Lisboa de 23 e 24 de março de 2000  
*eEurope* - Uma sociedade da informação para todos  
[COM(1999) 687 final - Não publicada no Jornal Oficial]

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 1999-11-10**

Para um novo quadro das infraestruturas das comunicações eletrónicas e serviços conexos – Análise das comunicações – 1999  
[COM(1999) 539 final, 10.11.1999 - Não publicado no Jornal Oficial]

**Decreto-Lei n.º 461/99. D.R. n.º 258, Série I-A de 1999-11-05**

**Ministério da Justiça**

Regula a transmissão e receção de documentos por telecópia nos serviços dos registos e do notariado

**Despacho Normativo n.º 48/99. D.R. n.º 248, Série I-B de 1999-10-23**

**Ministério da Economia**

Altera o anexo III do Despacho Normativo n.º 84/95, de 27 de dezembro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 13/96, de 10 de abril, e 26/99, de 12 de maio (*aprova o regime de apoio específico aplicável aos projetos desenvolvidos no setor das tecnologias de informação, eletrónica e comunicações - PRATIC*)

**Decreto-Lei n.º 375/99. D.R. n.º 219, Série I-A de 1999-09-18**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Estabelece a equiparação entre a fatura emitida em suporte papel e a fatura eletrónica

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99. D.R. n.º 199, Série I-B de 1999-08-26**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Estabelece regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na Internet

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/99. D.R. n.º 199, Série I-B de 1999-08-26**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e aprova o respetivo documento orientador

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/99. D.R. n.º 198, Série I-B de 1999-08-25**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a disponibilização na Internet de informação detida pela Administração Pública

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/99. D.R. n.º 198, Série I-B de 1999-08-25**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova o Documento Orientador da Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico

**Proposta alterada de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-08-17**

Proposta relativa a certos aspetos jurídicos do comércio eletrónico no mercado interno

*COM(1999) 427 final*  
*98/0325 (COD)*

**Decreto-Lei n.º 290-D/99. D.R. n.º 178, Série I-A de 1999-08-02**

**Ministério da Ciência e da Tecnologia**

Aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital

**Decisão 1720/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-07-12**

Adota uma série de ações e medidas destinadas a garantir a interoperabilidade das redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA) e o acesso a essas redes

**Decisão 1719/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-07-12**

Relativa a uma série de orientações, incluindo a identificação de projetos de interesse comum, respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio eletrónico de dados entre administrações (IDA)

**Decreto-Lei n.º 197/99. D.R. n.º 132, Série I-A de 1999-06-08**

**Ministério das Finanças**

Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas 592/50/CEE, do Conselho, de 18 de junho, 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de junho, e 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro, e estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços

**Decreto-Lei n.º 196/99. D.R. n.º 132/99, Série I-A de 1999-06-08**

**Ministério das Finanças**

Fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para a locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática

**Despacho Normativo n.º 26/99. D.R. n.º 110, Série I-B de 1999-05-12**

**Ministério da Economia**

Altera o Despacho Normativo n.º 84/95, de 27 de dezembro *(aprova o regime de apoio específico aplicável aos projetos desenvolvidos no setor das tecnologias de informação eletrónica e comunicações - PRATIC)*

**Portaria n.º 271/99. D.R. n.º 86, Série I-B de 1999-04-13**

**Ministério das Finanças**

Estabelece as regras procedimentais relativas à atribuição do número fiscal das pessoas singulares pelas repartições de finanças que disponham de adequados meios informáticos

**Portaria n.º 242/99. D.R. n.º 80, Série I-B de 1999-04-06**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Aprova a estrutura orgânica do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

**Resolução n.º 41/99. D.R. n.º 80, Série II de 1999-04-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Prorroga o mandato da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação e do respetivo Presidente

**Despacho n.º 3172/99. D.R. n.º 39, Série II de 1999-02-16**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais**

Determina que as folhas de remunerações que as entidades contribuintes estão obrigadas a entregar mensalmente, às instituições de segurança social, podem ser remetidas por suporte informático

**Decreto-Lei n.º 41-A/99. D.R. n.º 33, Série I-A de 1999-02-09**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Aprova os Estatutos do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

**Lei n.º 6/99. D.R. n.º 22, Série I-A de 1999-01-27**

**Assembleia da República**

Regula a publicidade domiciliária por telefone e por telecópia

**Decisão do Conselho da União Europeia de 1999-01-25**

Adota um programa específico de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração no domínio "Sociedade da informação convivial" (1998-2002)

*(1999/168/CE)*

**Decisão 276/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1999-01-25**

Adota um plano de ação comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da Internet através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos nas redes mundiais

**Resolução do Conselho da União Europeia de 1999-01-19**

Sobre os aspetos relativos ao consumidor na sociedade da informação

*(1999/C 23/01)*

## 1998

**Declaração de Retificação n.º 22/98. D.R. n.º 276, Série I-A de 1998-11-28**

**Assembleia da República**

De ter sido retificada a Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, [*Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*].

**Diretiva 98/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1998-11-20**

Relativa à proteção dos serviços que se baseiem ou consistam num acesso condicional

**Lei n.º 74/98. D.R. n.º 261, Série I-A de 1998-11-11**

**Assembleia da República**

Publicação, identificação e formulário dos diplomas

**Lei n.º 69/98. D.R. n.º 249, Série I-A de 1998-10-28**

**Assembleia da República**

Regula o tratamento dos dados pessoais e a proteção da privacidade no setor das telecomunicações (*transpõe a Diretiva 97/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro*)

**Lei n.º 67/98. D.R. n.º 247, Série I-A de 1998-10-26**

**Assembleia da República**

Lei da Proteção de Dados Pessoais *(transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*

**Declaração do Conselho de Ministros da OCDE de 1998-10-19**

Sobre a Proteção da Vida Privada nas Redes Mundiais

**Decreto Regulamentar Regional n.º 12/98/M. D.R. n.º 214, Série I-B de 1998-09-16**

**Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo**

Altera a Lei Orgânica do Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI), aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/98/M, de 27 de janeiro

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/98. D.R. n.º 201, Série I-B de 1998-09-01**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria a Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico

**Diretiva 98/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1998-07-20**

Altera a Diretiva 98/34/CE, de 22 de junho, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas

**Decreto-Lei n.º 184/98. D.R. n.º 153, Série I-A de 1998-07-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova a nova Lei Orgânica do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)

**Diretiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1998-06-22**

Relativa aos procedimentos de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e às regras relativas aos serviços da sociedade da informação, na redação que lhe foi dada pela Diretiva 98/48/CE, de 20 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/98. D.R. n.º 104, Série I-B de 1998-05-06**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Determina a existência de um endereço de correio eletrónico nos serviços e organismos integrados na administração direta e indireta do Estado e regula o valor a atribuir à correspondência transmitida por via eletrónica

**Decreto-Lei n.º 115/98. D.R. n.º 102, Série I-A de 1998-05-04**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade**

Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (*Artigo 29.º - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade*)

**Decisão do Conselho de 1998-03-30**

Adota um programa comunitário plurianual de incentivo ao estabelecimento da sociedade da informação na Europa ("Sociedade da Informação")

(98/253/CE)

**Decreto-Lei n.º 58/98. D.R. n.º 64, Série I-A de 1998-03-17**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Enquadra a aquisição de bens e serviços de informática necessários à transição para o ano 2000 na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de março (*Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 92/50/CEE, do Conselho, de 18 de junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de junho, e estabelece o regime de realização de despesas públicas com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis*)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/98. D.R. n.º 27, Série I-B de 1998-02-02**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Define um conjunto de medidas dirigidas ao tratamento de problemas relacionados com o não reconhecimento do ano 2000 por parte de alguns sistemas informáticos e à concretização na Administração Pública dos objetivos enunciados no Livro Verde para a Sociedade da Informação

**Decreto Regulamentar Regional n.º 1/98/M. D.R. n.º 22, Série I-B de 1998-01-27**

**Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo**

Sociedade de Informação

**Despacho n.º 377/98. D.R. n.º 6, Série II de 1998-01-08**

**Ministério da Administração Interna – Gabinete do Ministro**

Autoriza a realização de uma experiência de voto eletrónico por ocasião das eleições autárquicas a realizar em 14 de dezembro de 1997

## 1997

**Lei n.º 127-B/97. D.R. n.º 293, Série I-A de 1997-12-20**

**Assembleia da República**

Orçamento do Estado para 1998 (*Introduz no Estatuto dos Benefícios Fiscais deduções na aquisição de computadores e outros equipamentos informáticos Artigo 49.º-D*)

**Diretiva 97/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1997-12-15**

Relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das telecomunicações



**Decreto-Lei n.º 334/97. D.R. n.º 275, Série I-A de 1997-11-27**

**Ministério da Cultura**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 93/98/CEE, do Conselho, de 29 de outubro, relativa à harmonização do prazo de proteção dos direitos de autor e de certos direitos conexos

**Decreto-Lei n.º 332/97. D.R. n.º 275, Série I-A de 1997-11-27**

**Ministério da Cultura**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 92/100/CEE, do Conselho, de 19 de novembro, relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos ao direito de autor em matéria de propriedade intelectual

**Lei n.º 104/97. D.R. n.º 212, Série I-A de 1997-09-13**

**Assembleia da República**

Cria o sistema de informação para a transparência dos atos da Administração Pública (SITAAP) e reforça os mecanismos de transparência previstos na Lei n.º 26/94, de 19 de agosto

**Despacho conjunto n.º 200/97. D.R. n.º 180, Série II de 1997-08-06**

**Ministérios das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social e Secretário de Estado da Administração Pública**

Criação do organismo nacional de informática (ONI), com o objetivo de definir e implementar o novo Sistema de Informação da Segurança Social (SISS)

**Despacho Normativo n.º 42/97. D.R. n.º 178, Série I-B de 1997-08-04**

**Ministério da Economia**

Alarga o âmbito do Programa de Dinamização das Tecnologias de Informação, Eletrónica e Comunicações (PRATIC) às empresas de crescente valor das tecnologias multimédia e de atividades subjacentes à sociedade de informação

**Recomendação da Comissão de 1997-07-30**

Relativa às transações realizadas através de um instrumento de pagamento eletrónico e, nomeadamente, às relações entre o emitente e o detentor *(Texto relevante para efeitos do EEE)*  
*(97/489/CE)*

**Diretiva 97/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1997-05-20**

Relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos celebrados à distância

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/97. D.R. n.º 103 Série I-B de 1997-05-05**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Regulamenta o registo e gestão dos nomes de domínios da Internet para Portugal

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 1997-04-16**

Uma Iniciativa Europeia para o Comércio Eletrónico

*/\* COM/97/0157 Final \*/*

**Resolução do Conselho e dos Representantes dos Estados-Membros de 1997-02-17**

Sobre conteúdos lesivos na Internet

**Decreto-Lei n.º 19/97. D.R. n.º 17, Série I-A de 1997-01-21**

**Ministério das Finanças**

Prevê que a atribuição dos números de identificação fiscal às pessoas coletivas e equiparadas passe a ser da competência da Direção-Geral dos Impostos, depois da adequada implementação de um sistema informático para esse efeito

## 1996

**Lei n.º 52/96. D.R. n.º 299, Série I-A de 1996-12-27**

**Assembleia da República**

Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 84/96, de 29 de junho (*define as condições legais aplicáveis à concessão de apoios por parte do Estado ao setor da comunicação social, bem como à coordenação e à distribuição da publicidade do Estado, em especial pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional*)

**Decreto-Lei n.º 221/96. D.R. n.º 272, Série I-A de 1996-11-23**

**Ministério das Finanças**

Autoriza as empresas de seguros e ou resseguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões estabelecidas em Portugal a utilizar a microfilmagem e o disco ótico não regravável para os documentos que, nos termos da lei, acordo, tratado ou convenção e segundo os prazos fixados, devam manter-se em arquivo

**Decisão 96/664/CE do Conselho de 1996-11-21**

Relativa à adoção de um programa plurianual destinado a promover a diversidade linguística da Comunidade na sociedade da informação

**Resolução do Conselho de 1996-11-21**

Relativa às novas prioridades políticas resultantes da sociedade da informação  
*(96/C 376/01)*

**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões de 1996-10-16**

Conteúdo ilegal e lesivo na Internet

*COM(96) 487 final*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 1996-07-25**

Relativa à edição eletrónica e às bibliotecas

**Resolução n.º 37/96. D.R. n.º 153, Série II de 1996-07-04**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Nomeia o presidente da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação

**Decreto-Lei n.º 84/96. D.R. n.º 149, Série I-A de 1996-06-29**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Define as condições legais aplicáveis à concessão de apoios por parte do Estado ao setor da comunicação social, bem como à coordenação e à distribuição da publicidade do Estado, em especial pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional

**Decreto-Lei n.º 78/96. D.R. n.º 141, Série I-A de 1996-06-20**

**Ministério das Finanças**

Altera a redação de alguns preceitos do Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de fevereiro (*estabelece os princípios gerais relativos à aquisição ou locação de bens e serviços de informática pela Administração Pública*)

**Portaria n.º 209/96. D.R. n.º 135, Série I-B de 1996-06-12**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Fixa a percentagem do custo global das campanhas de publicidade do Estado a distribuir pelas rádios locais e regionais e pela imprensa regional. Revoga a Portaria n.º 1/91, de 2 de janeiro, que estabelece que a Direção-Geral da Comunicação Social organize um serviço de registo de agências de publicidade

**Despacho Normativo n.º 13/96. D.R. n.º 85, Série I-B de 1996-04-10**

**Ministério da Economia**

Altera o Despacho Normativo n.º 84/95, de 27 de dezembro (*aprova o regime de apoio específico aplicável aos projetos desenvolvidos no setor das tecnologias de informação, eletrónica e comunicações - PRATIC*)

**Resolução n.º 16/96. D.R. n.º 69, Série II de 1996-03-21**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Mandata o Ministro da Ciência e da Tecnologia para promover um debate nacional tendo em vista a preparação de um Livro Verde sobre a Sociedade da Informação e cria a Equipa de Missão para a Sociedade da Informação

**Diretiva 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1996-03-11**

Relativa à proteção jurídica das bases de dados

**Diretiva 96/2/CE da Comissão de 1996-01-16**

Altera a Diretiva 90/388/CEE, de 28 de junho, no que respeita às comunicações móveis e pessoais

## 1995

**Despacho Normativo n.º 84/95. D.R. n.º 297, Série I-B de 1995-12-27**  
**Ministério da Indústria e Energia**

Aprova o Regime de Apoio Específico Aplicável aos Projetos Desenvolvidos no Setor das Tecnologias de Informação Eletrónica e Comunicações – PRATIC

**Resolução do Conselho de 1995-11-27**

Sobre os aspetos industriais para a União Europeia no âmbito do desenvolvimento da sociedade da informação  
*(95/C 341/03)*

**Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 1995-10-24**

Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

**Recomendação do Conselho da União Europeia de 1995-04-07**

Relativa a critérios comuns de avaliação da segurança nas tecnologias da informação  
*(95/144/CE)*

**Resolução do Conselho da União Europeia de 1995-04-04**

Sobre cultura e multimedia

**Declaração de retificação n.º 2-A/95. D.R. n.º 26, Série I-A de 1995-01-31**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral**

De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro, da Presidência do Conselho de Ministros, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 91/250/CEE, do Conselho, de 14 de maio, relativa ao regime de proteção jurídica dos programas de computador

## 1994

**Portaria n.º 1150/94. D.R. n.º 298, Série I-B de 1994-12-27**

**Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo**

Fixa o regime especial de preços para o serviço de pagamento automático

**Decreto-Lei n.º 252/94. D.R. n.º 243, Série I-A de 1994-10-20**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 91/250/CEE, do Conselho, de 14 de maio, relativa ao regime de proteção jurídica dos programas de computador

**Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 1994-10-19**

Relativa aos aspetos jurídicos da transferência eletrónica de dados (*Texto relevante para efeitos do EEE*)  
(94/820/CE)

**Lei n.º 28/94. D.R. n.º 199, Série I-A de 1994-08-29**

**Assembleia da República**

Aprova medidas de reforço da proteção de dados pessoais. Revogada pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro [*Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*]

**Resolução da Assembleia da República n.º 53/94. D.R. n.º 191, Série I-A de 1994-08-19**

**Assembleia da República**

Regulamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais Informatizados

**Decreto-Lei n.º 64/94. D.R. n.º 49, Série I-A de 1994-02-28**

**Ministério das Finanças**

Estabelece os princípios gerais relativos à aquisição ou locação de bens e serviços de informática pela Administração Pública

**Lei n.º 2/94. D.R. n.º 42, Série I-A de 1994-02-19**

**Assembleia da República**

Estabelece os mecanismos de controlo e fiscalização do Sistema de Informação Schengen

## 1993

**Diretiva 93/98/CEE, do Conselho, de 1993-10-29**

Relativa à harmonização do prazo de proteção dos direitos de autor e de certos direitos conexos

**Diretiva 93/83/CEE do Conselho de 1993-09-27**

Relativa à coordenação de determinadas disposições em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis à radiodifusão por satélite e à retransmissão por cabo

**Lei n.º 65/93. D.R. n.º 200, Série I-A de 1993-08-26**

**Assembleia da República**

Regula o acesso aos documentos da Administração

**Resolução da Assembleia da República n.º 23/93. D.R. n.º 159, Série I-A de 1993-07-09**

**Assembleia da República**

Aprova, para ratificação, a Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal

**Decreto do Presidente da República n.º 21/93. D.R. n.º 159, Série I-A de 1993-07-09**

**Presidência da República**

Ratifica a Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal

## 1992

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/92. D.R. n.º 301, Série I-B de 1992-12-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria o DIGESTO – Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica

**Diretiva 92/100/CEE do Conselho de 1992-11-19**

Relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos aos direitos de autor em matéria de propriedade intelectual

**Recomendação 92/295/CEE da Comissão de 1992-04-07**

Relativa a códigos de conduta para proteção dos consumidores em matéria de contratos negociados à distância

**Resolução do Conselho de 1992-05-14**

Relativa ao reforço da proteção dos direitos de autor e direitos conexos

*(92/C 138/01)*

**Decisão do Conselho n.º 92/242/CEE, de 1992-03-31**

No domínio da segurança dos sistemas de informação

## 1991

**Lei n.º 109/91. D.R. n.º 188, Série I-A de 1991-08-17**

**Assembleia da República**

Lei da criminalidade informática

**Decreto-Lei n.º 295/91. D.R. n.º 187, Série I-A de 1991-08-16**

**Ministério das Finanças**

Disciplina o regime de microfilmagem de documentos efetuada por companhias de seguros e resseguros estabelecidos em Portugal

**Decisão do Conselho de 1991-07-29**

Relativa à criação de um número de telefone de emergência único europeu (91/396/CEE)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/91. D.R. n.º 124, Série I-B de 1991-05-31**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Cria um sistema interdepartamental da informação aos utentes dos serviços públicos, denominado "INFOCID"

**Diretiva 91/250/CEE do Conselho de 1991-05-14**

Relativa à proteção jurídica dos programas de computador

**Lei n.º 10/91. D.R. n.º 98, Série I-A de 1991-04-29**

**Assembleia da República**

Lei da Proteção de Dados Pessoais face à Informática. Revogada pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro [*Lei da Proteção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados)*]

## 1990

**Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/45/95 de 1990-12-14**

Sobre as Linhas Diretrizes em matéria de Dados Pessoais Informatizados

**Diretiva 90/388/CEE da Comissão de 1990-06-28**

Relativa à concorrência nos mercados de serviços de telecomunicações

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90. D.R. n.º 49, Série I de 1990-02-28**

**Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova as instruções sobre a segurança informática (Normas SEGNAC 4)

## 1989

**Resolução do Conselho de 1989-04-27**

Relativa à normalização no domínio das tecnologias da informação e das telecomunicações

(89/C 117/01)

## 1987

### **Decisão do Conselho de 1987-12-14**

Relativa a um programa comunitário no domínio das tecnologias das telecomunicações – I & D (Investigação e Desenvolvimento) – sobre as tecnologias de ponta na Europa (Programa RACE)

*(88/28/CEE)*

### **Recomendação da Comissão de 1987-12-08**

Relativa a um código europeu de boa conduta em matéria de pagamento eletrónico (relações entre instituições financeiras, comerciantes-prestadores de serviços e consumidores)

*(87/598/CEE)*

## 1985

### **Résolution du Conseil et des ministres responsables des affaires culturelles, réunis au sein du Conseil, du 1985-09-27**

Concernant la collaboration entre bibliothèques dans le domaine de l'informatique

*Não existe versão portuguesa desta resolução*

### **Declaração do Conselho de Ministros da OCDE de 1985-04-11**

Sobre os fluxos transfronteiriços de dados

## 1982

### **Decreto-Lei n.º 150/82. D.R. n.º 99, Série I de 1982-04-29**

#### **Ministério da Cultura e Coordenação Científica**

Atribui ao Ministério da Cultura e Coordenação Científica a defesa da integridade e genuinidade das obras intelectuais caídas no domínio público.

Revoga o Decreto-Lei n.º 393/80, de 25 de setembro *(Atribui à Secretaria de Estado da Cultura a defesa da integridade e genuinidade de obras intelectuais nacionais caídas no domínio público)*

### **Decreto-Lei n.º 74/82. D.R. n.º 51, Série I de 1982-03-03**

#### **Ministério da Cultura e Coordenação Científica**

Regulamenta o depósito legal

## 1981

### **Recomendação da Comissão de 1981-07-29**

Relativa a uma convenção do Conselho da Europa para a proteção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal



**Convenção 108 do Conselho da Europa de 1981-01-08**

Acorda princípios gerais de proteção de dados e aspetos relativos ao fluxo de dados através de fronteiras e à assistência mútua em matéria de privacidade no processamento automático de dados pessoais, e cria uma comissão consultiva para acompanhar a aplicação da convenção.

## 1980

**Recomendação do Conselho de Ministros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) de 1980-09-23**

Sobre as Linhas Diretrizes Regulamentadoras da Proteção da Vida Privada e dos Fluxos Transfronteiras de Dados Pessoais

## 1979

**Decreto-Lei n.º 496/79. D.R. n.º 293, Série I de 1979-12-21**

**Ministérios da Administração Interna, das Finanças e dos Assuntos Sociais**

Cria na Secretaria de Estado da Saúde o Serviço de Informática da Saúde

**Resolução n.º 318/79. D.R. n.º 261, Série I de 1979-11-12**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro-Ministro**

Cria uma comissão interministerial que analise a problemática levantada pelo binómio informática-liberdades e garantias individuais

## 1977

**Decreto Regulamentar n.º 82/77. D.R. n.º 289, Série I de 1977-12-16**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças**

Regulamenta o Instituto de Informática do Ministério das Finanças

**Decreto-Lei n.º 464/77. D.R. n.º 261, Série I de 1977-11-11**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças**

Cria o Instituto de Informática do Ministério das Finanças

**Decreto-Lei n.º 384/77. D.R. n.º 211, Série I de 1977-09-12**

**Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Administração Pública**

Estabelece disposições relativas à contratação de material e de serviços de informática para o setor público administrativo

**Portaria n.º 565/77. D.R. n.º 211, Série I de 1977-09-12**

**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças**

Estabelece normas para a contratação de material e serviços de informática para o setor público administrativo

**Diretiva 77/388/CEE do Conselho de 1977-05-17**

Relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria coletável uniforme

## 1975

**Resolução do Conselho de Ministros. D.R. n.º 75, Série I de 1975-03-31**

**Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro-Ministro**

Define os princípios gerais a observar pelo setor público durante os estudos que visem a aquisição de equipamento ou serviços destinadas ao tratamento automático da informação

**Decreto n.º 9/75. D.R. n.º 11, Série I de 1975-01-14**

**Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção-Geral dos Negócios Económicos**

Aprova, para ratificação, a Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual

## 1974

**Decreto-Lei n.º 746/74. D.R. n.º 300, Série I de 1974-12-27**

**Ministério da Administração Interna**

Reorganiza a Secretaria-Geral e institui vários serviços no Ministério da Administração Interna. Extingue vários organismos do mesmo Ministério (*Cria a Direção-Geral de Organização Administrativa*)

**Decreto-Lei n.º 691/74. D.R. n.º 283, Série I de 1974-12-05**

**Ministério da Administração Interna**

Determina a constituição em cada Ministério de núcleos de modernização administrativa e define os seus objetivos

**Resolução do Conselho das Comunidades Europeias de 1974-07-15**

Relativa a uma política comunitária da informática

## 1972

**Portaria n.º 660/72. D.R. n.º 263, Série I de 1972-11-11**

**Ministério do Exército – Repartição do Gabinete do Ministro**

Cria a Comissão de Informática do Ministério do Exército (C. I. M. E.)

**Portaria n.º 3/72. D.R. n.º 5, Série I de 1972-01-07**

**Presidência do Conselho – Secretaria-Geral**

Cria na Presidência do Conselho a Comissão Interministerial de Informática (C. I. I.)

## 1970

**Decreto-Lei n.º 154/70. D.R. n.º 85, Série I de 1970-04-11**

**Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro**

Cria o Centro de Informática do Ministério da Justiça

## 1966

**Decreto n.º 47024. D.R. n.º 123, Série I de 1966-05-25**

**Ministério das Finanças – Gabinete do Ministro**

Aprova o Regulamento dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças

**Decreto-Lei n.º 47023. D.R. n.º 123, Série I de 1966-05-25**

**Ministério das Finanças – Gabinete do Ministro**

Promulga a estruturação dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças. Revoga os Decretos-Leis n.ºs 39530, de 6 de fevereiro de 1954, e 44626, de 15 de outubro de 1962

## 1962

**Decreto-Lei n.º 44626. D.R. n.º 237, Série I de 1962-10-15**

**Ministério das Finanças – Gabinete do Ministro**

Dá nova redação ao § 2.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 39530, de 6 de fevereiro de 1954, que constitui uma comissão para a instalação e estudo dos serviços mecanográficos

## 1954

**Decreto-Lei n.º 39530. D.R. n.º 27, Série I de 1954-02-06**

**Ministério das Finanças – Direções-Gerais da Fazenda Pública e da Contabilidade Pública**

Constitui uma comissão para a instalação e estudo dos serviços mecanográficos e define a sua competência

## 1918

**Decreto n.º 4114, de 1918-04-17**

**Ministério da Instrução Pública**

Aprova o Regulamento do Registo da Propriedade Literária

*Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.*

